

ESPECIAL  
ELEIÇÕES 2006

# por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 4 ■ nº 18



## Por um Brasil melhor

Candidatos discutem o futuro do país



# Momento de esperança

Mais uma eleição avizinha-se. Hora de confrontar promessas e realizações, conhecer a opinião dos candidatos e decidir o voto.

O Sinal, cumprindo o compromisso de atuar na defesa do interesse público, engaja-se no esforço empreendido por diversas entidades no sentido de dar transparência ao pleito presidencial e lança a edição especial "Eleições 2006".

A leitura atenta da **Por Sinal** possibilitará ao eleitor conhecer com maior profundidade as propostas dos candidatos e votar conscientemente. Optamos por entrevistar os três primeiros colocados em todas as pesquisas – Lula, Geraldo Alckmin e Heloísa Helena –, e mais um, Cristovam Buarque, escolhido pelo funcionalismo dentre todos os outros postulantes.

Procuramos abranger questões relevantes, de interesse geral, como corrupção, violência, reforma política, crescimento e inclusão social, sem esquecer as afetas ao BC, assunto central da nossa revista: BC e sistema financeiro; Estado e funcionalismo.

Esta edição apresenta uma novidade em relação ao número especial "Eleições 2002": ouvimos personalidades e entidades da sociedade civil sobre alguns assuntos selecionados. Assim pode-se ter a opinião de especialistas e comparar com as respostas dadas pelos candidatos.

Não pudemos colocar as respostas na ordem em que aparecem os candidatos nas pesquisas, critério usado na edição especial de 2002, pois recebemos as respostas de Geraldo Alckmin no limite do prazo estipulado, quando as demais já estavam diagramadas. Tal opção reflete tão-somente a necessidade de lançar a revista dentro do cronograma estabelecido, primeira quinzena de setembro, em tempo de ser lida com alguma antecedência em relação à eleição.

Agradecemos aos candidatos e às suas assessorias pelo interesse em responder aos nossos questionamentos de forma direta e tempestivamente, mostrando transparência e espírito público. As respostas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva foram elaboradas pela comissão de programa de governo da coligação "Lula de Novo com a Força do Povo".

Ao leitor-eleitor: leia e vote. Eleição é um momento de esperança, sempre. 

**Sinal** Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

**Por Sinal**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários  
do Banco Central do Brasil

**Conselho Editorial**

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer,  
David Falcão, Gustavo Diefenthaler,  
João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro,  
Orlando Bordallo Junior, Patrícia Cesário de Faria Alvim,  
Paulo de Tarso Galarça Calovi e Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo  
Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

**Redação**

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva  
Comunicação)  
Edição das entrevistas: Flavia Cavalcanti e Paulo Vasconcellos  
Fotos: Divulgação dos candidatos  
Arte: Maraca Design  
Ilustrações: Claudio Duarte  
Fotolito: Madina  
Impressão: Ultra Set  
Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Esta edição e as anteriores estão disponíveis no site [www.sinal.org.br](http://www.sinal.org.br)

# A vida em primeiro lugar



## Seguro de Vida em Grupo e Vida Master *Solidez, Segurança, Garantia e Confiança*

Nossas apólices cobrem hoje mais de 6.000 vidas, com o melhor custo/benefício do mercado e a garantia FENASBAC. Nos últimos 3 anos foram pagos mais de R\$ 5 milhões em indenizações.

Hoje o capital segurado supera R\$ 340 milhões, sendo R\$ 13 milhões do "VIDA MASTER" destinado a pessoas de 65 até 80 anos, produto de alto custo e difícil obtenção no mercado, mas que, com a parceria da ICATU-HARTFORD Seguros conseguimos operacionalizar.



Maiores Informações:

FENASBAC - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central  
SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo • 7º andar • Brasília/DF  
fenasbac@fenasbac.com.br • [www.fenasbac.com.br](http://www.fenasbac.com.br)  
Fone (61) 33231055 • Fax (61) 32268189

# Visite o Portal SINAL



**SINAL**  
Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Depende de você aumentar a força  
**Filie-se ao Sinal!**

Fale conosco | Mapa do site | Home

ÍNDICE | SINAL | SERVIÇOS | INFORMATIVOS | CLASSIFICADOS

**FILIADOS**  
Matricula:   
Senha:  OK  
Não tem ou esqueceu a senha?

Busca:   
Portal Sinal  
Google OK

**PASBC**

**BOCA NO TROMBONE**

**DIRETO NA FONTE**  
Seu IR  
CEF - Seu saldo de FGTS  
Detran  
Fórum Social Mundial  
Sebrae

Quarta, 09 de Agosto de 2006

**DESTAQUE** ✓  
Quem tem boca  
**XXI AND**  
Jaboticatubas - MG  
24 a 27/08/2006  
Saiba tudo aqui  
Jaboticatubas-MG

**ENQUETE**  
O Presidente Lula propôs, nesta semana, a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte para a votação da reforma política. Você considera isso necessário?  
 Sim, desde que se realize um plebiscito prévio que aprove a medida.  
 Não, a reforma política deve ser feita através de emenda constitucional.  
 Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
**votar**  
Resultado Parcial | Resultados Anteriores

**PERGUNTAS FREQUENTES**  
Novo valor da Aposição 28,8  
Reforma da Previdência  
Plano de Contribuição Definida - Centrus  
FGTS - Planos Econômicos  
IR/Centrus  
FGTS - Bresser

**porSINAL on-line**  
Mais ataques e brigas...  
PF prende 35 doleiros, em SP, Minas e Goiás  
Monotonia eleitoral  
Economia vive o melhor momento, diz André Esteves  
Operação Dominó  
Melhor é conviver com o câmbio flutuante  
Aperto monetário aplicado pelo BC foi na dose certa, avalia estudo do Ipea

**INFORMATIVOS**  
Capito tra il 8/ 2006  
Cicic rs. do cartaz para a XXI AND: entrega do prêmio  
**Informe Ativo (8/8/2006)**  
A você, pai funcionário do BC, a homenagem do SINAL

**Movimento Nacional em defesa do Estado Brasileiro**

**Ações Judiciais**

**Campanha Salarial 2005**

**Centro de Atividades PRC**

**Macro- Nota Pessoal**

**Lavagem de Dinheiro**

**porSINAL Revista n°16**

**Colunas**

**Concurso - BACEN**

**Correio**  
Receba o correio SINAL em sua caixa postal

[www.sinal.org.br](http://www.sinal.org.br)

# 1 Inclusão social

Página 8



# 2 Estabilidade e crescimento

Página 14



# 3 O papel do Banco Central

Página 20



# 4 Reforma do Estado

Página 26



# 5 Reforma política

Página 34



# 6 Criminalidade e segurança pública

Página 40



# 1 Inclusão social



*RESPONSÁVEL PELO APOIO QUE LULA VEM RECEBENDO DOS SETORES MAIS POBRES DA POPULAÇÃO, O BOLSA-FAMÍLIA TORNOU-SE O PRINCIPAL PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PAÍS. TODOS OS ENTREVISTADOS RECONHECEM O MÉRITO DO PROGRAMA E PROMETEM NÃO INTERROMPÊ-LO. AS DIVERGÊNCIAS COMEÇAM, PORÉM, QUANDO ALGUNS PÕEM EM DÚVIDA SE O BOLSA-FAMÍLIA ESTÁ CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA QUE OS 11,1 MILHÕES DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS CONQUISTEM, NUM SEGUNDO MOMENTO, SUA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SEU DIREITO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.*

■ **O Programa Bolsa-Família vem sendo considerado um instrumento importante de combate à pobreza e de distribuição de renda. O candidato pretende mudá-lo? Como avançar para um programa de inclusão social, permitindo ao cidadão sustentar-se por seus próprios meios (a famosa porta de saída)?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** O programa de governo da coligação “Lula de Novo com a Força do Povo” aprofundará cada vez mais o papel do Bolsa-Família como eixo integrador das ações de combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Será prioridade a ampliação da articulação do Bolsa-Família com programas complementares, como as ações de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, de alfabetização e aumento da escolaridade dos adultos beneficiários, de microcrédito, entre outros. Assim, as famílias beneficiadas vão criando as condições para garantir o seu próprio sustento.

O governo também buscará estratégias de acompanhamento individual das famílias beneficiadas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Além disso, será aprofundada a relação com os programas do governo de apoio aos jovens, bem como com os estados e municípios que têm agenda de combate à fome e à pobreza que o Bolsa-Família materializa em todo o país.

**HELOÍSA HELENA:** Vamos manter e

aperfeiçoar o Bolsa-Família. Mas ele não será o elemento central de nosso governo, porque essa política de assistência social é importante como elemento transitório, mas não pode condenar parte da população a viver indefinidamente pobre e miserável para que o Estado brasileiro a enxergue. Nós vamos trabalhar para que, ao fim do nosso governo, pelo menos metade das famílias que hoje recebem o Bolsa-Família não precise mais desse dinheiro, porque terá conquistado emprego de qualidade. O Bolsa-Família, como é usado hoje, se apropria da dor e da miséria das populações pobres para ganhar votos nas eleições.

Portanto, juntamente com o dinheiro do Bolsa-Família, vamos oferecer acesso irrestrito à educação, à capacitação profissional e à inserção no mercado de trabalho. Metade dos jovens brasileiros de 15 a 21 anos não tem o que fazer. Vamos trabalhar para que esses jovens tenham acesso a tudo o que significa melhoria na qualidade de vida e possibilidade de um futuro melhor. Que as nossas crianças e jovens brasileiros possam escolher ser cientistas, músicos ou esportistas, e não o futuro de prostituição, narcotráfico e criminalidade.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Criei o programa Bolsa-Escola em 1987, implantei-o teoricamente na Universidade de Brasília, em minhas aulas. Escrevi um livro, publicado em 94, mas com idéias divulgadas antes, no qual o Bolsa-Escola era a primeira proposta para mudar o Brasil. O livro se chama “A Revolução nas Prioridades”. Em 95, fui o primeiro a implantá-lo, mas não apenas no tempo. Fui diferente



/// Será prioridade do governo a ampliação da articulação do Bolsa-Família com programas complementares, como as ações de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, de alfabetização e aumento da escolaridade dos adultos beneficiários, de microcrédito, entre outros. //

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

## 1 Inclusão social



/// O Bolsa-Família não será o elemento central de nosso governo, porque essa política de assistência social é importante como elemento transitório, mas não pode condenar parte da população a viver indefinidamente pobre e miserável para que o Estado brasileiro a enxergue. ///

HELOISA HELENA

de outros que também o implantaram. Por exemplo, os programas tinham viés assistencialista e eram administrados pela Secretaria da Assistência Social. O meu foi pela Secretaria da Educação. Não fiscalizavam com rigor a frequência às aulas. Eu fiscalizava. Como criador do Bolsa-Escola, que depois lutou para que Fernando Henrique o levasse ao Brasil inteiro, o que durou quatro anos, eu não vou acabar com um programa de transferência de renda vinculado à educação, mas como está hoje, ele não cumpre esse papel.

Minha proposta é levar a sério o que está na lei: a criança tem de ir à escola. Para isso, tem que se investir muito na educação. A revolução na educação que proponho tem o Bolsa-Família como parte do projeto. Não é um projeto à parte. Proponho como mudança manter o programa administrado pelo Ministério da Educação, não pelo Ministério da Assistência Social, e anexar a ele o programa Poupança-Escola, que implantei no meu governo do Distrito Federal. A mãe recebia a bolsa, mas a criança, se passasse de ano, recebia um dinheiro que só poderia retirar da caderneta de poupança no dia em que terminasse o segundo grau. Um programa barato, que reduz o custo da repetência, que no Brasil, hoje, chega a bilhões. Trata-se de um dinheiro que a princípio é escritural, você tem de anotar no banco estatal que esse dinheiro estará à disposição da criança. No dia em que ela terminar o segundo grau, o valor será muito maior, de R\$ 1.100, mais os juros.

Eu vou mudar também o nome para Bolsa-Escola, porque o nome escola cria

o vínculo com a educação. A mãe da Bolsa-Escola, quando recebia o dinheiro, pensava: “Eu recebo esse dinheiro porque meu filho estuda e vai sair da pobreza.” Agora, a mãe da Bolsa-Família diz: “Eu sou pobre, e se sair da pobreza, vou perder esse dinheiro.” Para quem não tem filhos em idade escolar, a gente vai manter a transferência de renda, mas exigindo algo em troca. Por exemplo, prestar um serviço civil-militar especial: os jovens ficariam seis meses aprendendo um ofício, fazendo ginástica, sendo disciplinados e arranjando amigos fora das ruas. E, sobretudo, ficando fora das ruas. O jovem dessas famílias pobres vai receber o dinheiro, porém terá de ficar no serviço. Alguns homens e mulheres sem filhos receberão o dinheiro, mas terão de trabalhar em programas de água e esgoto. A pessoa vai receber mais do que a Bolsa-Família, talvez não a tenha o ano inteiro. Talvez tenha um salário mínimo por quatro, seis meses. Isso vale mais do que uma Bolsa-Família de R\$ 63 o ano inteiro. Ninguém vai perder o valor da bolsa, mas vai ter de dar algo em troca.

**GERALDO ALCKMIN:** A origem da Bolsa-Família são os programas sociais criados pelo governo tucano, em 2001. Começou com a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, o Vale-Gás. Visitei, em meados de agosto, a cidade de São José da Tapera, em Alagoas. Foi a primeira cidade a receber o Bolsa-Alimentação.

Não vou apenas manter o Bolsa-Família. Vou ampliar o programa e restabelecer e reforçar as contrapartidas e vinculações com as áreas de educação e saúde. Também, vamos adicionar a

capacitação dos chefes de família, em especial das mulheres chefes de domicílio, para que possam se reintegrar ao mercado de trabalho. A contrapartida não é uma punição, mas um benefício para as próprias famílias inscritas no programa. É uma garantia de futuro para as crianças e de ocupação para os adultos. O repasse dos recursos também é insuficiente para retirar as famílias da pobreza. É preciso criar oportunidades de geração de renda e trabalho; apoiar as famílias que estão em situação de pobreza mais forte. Elas vão receber crédito, qualificação profissional, água e infra-estrutura.

## ■ Uma parcela cada vez maior de brasileiros vem recorrendo aos serviços públicos e a qualidade deixa a desejar, sobretudo se considerarmos a alta carga tributária nacional. Como garantir a universalização dos serviços públicos essenciais – saúde e educação – com qualidade? É preciso aumentar o montante de recursos ou se trata de melhorar a gestão?

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Aumentar os recursos é muito importante, mas não é a única solução. É preciso aperfeiçoar a gestão. O governo Lula vem executando uma política de redistribuição de recursos de modo a reparar erros históricos de carências de investimentos, sobretudo na área social. Ainda não chegamos à perfeição. Mas já alcançamos bons resultados. Reestruturamos diversos órgãos da Administração Pública Federal,

melhoramos os salários dos servidores e contratamos novos servidores através de concurso público. Cabe destacar ainda a criação de novas universidades federais, de novas escolas técnicas e do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, responsável pelo programa Bolsa-Família. Elaboramos a proposta de criação da Receita Federal do Brasil e fortalecemos diversos órgãos da Administração, como INSS, Inbra, Ibama, Polícia Federal, entre outros. Além disso, há um grande esforço para substituir pessoal terceirizado por servidores concursados ao longo dos últimos quatro anos.

O orçamento do Ministério da Saúde subiu de R\$ 28,3 bilhões, em 2002, para R\$ 44,3 bilhões, em 2006, para o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), o que significa um aumento de 56%. O orçamento para a política de medicamentos cresceu de R\$ 1,9 bilhão, em 2002, para R\$ 4,3 bilhões, em 2006. E os recursos para a compra de anti-retrovirais dobraram em 2006 (R\$ 945 milhões), comparados aos aplicados em 2002. O Programa Saúde da Família (PSF), responsável pela atenção básica à saúde, teve o número de equipes ampliado e conseguiu reduzir a mortalidade infantil em 14,69% nas áreas onde foi implantado. O seu volume de atendimento subiu de 54,9 milhões, em 2002, para 76,8 milhões de pessoas beneficiadas, em 2005.

Um enorme avanço se deu na área de saúde bucal. Com a criação do "Brasil Sorridente", foram investidos mais de R\$ 1 bilhão em ações de saúde bucal voltadas para cidadãos de todas as idades, com o intuito de manter o compromisso do

governo com a redução das desigualdades e a construção de uma política de inclusão social. A ampliação dos recursos da União repassados aos estados para a compra de medicamentos para o SUS na ordem de 75%, entre 2002 e 2005, e a expansão do programa "Farmácia Popular", que fornece medicamentos por preços até 90% inferiores aos cobrados em farmácias convencionais, foram outras medidas tomadas pelo governo que serão mantidas e ampliadas em um segundo mandato.

Na educação, enviamos ao Congresso Nacional a PEC que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb, que possibilitará um aumento expressivo de investimentos federais nos setores mais carentes de ensino. O Fundeb deve atender 47,2 milhões de alunos da educação básica (infantil, fundamental, média, de jovens e adultos, e especial) com investimentos públicos anuais e progressivos de mais de R\$ 4 bilhões.

O ensino superior recebeu fortes investimentos. Entre 2004 e 2005, houve crescimento de 16% nos recursos para as universidades federais, passando de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 8,9 bilhões. Concedemos reajuste salarial de 10% a 34,9% aos professores universitários e contratamos 2.344 professores entre 2003 e 2004, além de termos nomeado 2.586 novos profissionais em 2005. Já os estudantes contaram com a oferta de mais quatro novas universidades públicas federais: ABC, Grande Dourados, UniVasf e Recôncavo Baiano. Também transformamos seis faculdades em universidades e concedemos mais de 200

## 1 Inclusão social



Eu vou mudar o nome para Bolsa-Escola, porque o nome escola cria o vínculo com a educação. A mãe da Bolsa-Escola, quando recebia o dinheiro, pensava: Eu recebo esse dinheiro porque meu filho estuda e vai sair da pobreza. Agora, a mãe da Bolsa-Família diz: Eu sou pobre, e se sair da pobreza, vou perder esse dinheiro. //

CRISTOVAM BUARQUE

mil bolsas de estudo integrais e parciais por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni).

**HELOÍSA HELENA:** O montante de recursos aplicados nos serviços públicos – tanto nas despesas de custeio quanto em investimentos – deve ser elevado, como forma de se garantir de fato a universalização desses serviços e acima de tudo a melhoria da sua qualidade. O déficit que temos, por exemplo, na área educacional – caso queiramos um padrão de cobertura e de qualidade semelhante ao que hoje o Chile oferece aos seus jovens e crianças – é gigantesco. Estudo recente elaborado pelo economista Márcio Pocheman, da Unicamp, aponta que o Brasil, para ter uma educação de nível médio igual ao Chile, que é um país também pobre e do terceiro mundo, precisaria abrir 5,7 milhões de vagas apenas nesse segmento do ensino, formar 510 mil professores, construir 47 mil salas de aulas e montar 120 mil turmas. É lógico, portanto, que precisaríamos elevar os investimentos e os recursos de custeio para a garantia e manutenção da qualidade dos serviços relacionados às políticas sociais. Porém acreditamos ser possível avançar nessa direção através de uma nova estrutura de gastos públicos, em que as despesas financeiras do Estado sejam drasticamente reduzidas e a meta de crescimento econômico ampliada, para propiciar o aumento da arrecadação.

Em relação à carga tributária, não temos plano de aumentá-la, mas modificar a forma como hoje ela é constituída. A reforma tributária que defendemos vai fazer com que a incidência de impostos

seja mais forte sobre os impostos diretos – sobre a renda e a propriedade, e com forte caráter progressivo – e seletiva em relação aos impostos sobre a produção e o consumo. Queremos que os pobres e assalariados médios paguem menos impostos e que os ricos e detentores de grandes propriedades passem a pagar tributos de forma socialmente justa.

**CRISTOVAM BUARQUE:** É preciso federalizar a educação básica. Eu quero fazer uma revolução na educação básica de tal maneira que se iniciem, de imediato, as mudanças radicais para que o Brasil venha a ter um sistema educacional competente que permita criar uma economia competitiva, emprego para a população e melhor qualidade de vida para todos

É, hoje, um consenso na sociedade moderna de que os investimentos em educação ocupam papel central no progresso das sociedades. Os países com maior desenvolvimento são aqueles que fizeram os maiores investimentos em prol da escolarização de qualidade de seus povos. Mais educação significa avanços no setor produtivo e na qualidade de vida, bem como na redução das desigualdades. Países como o Canadá, Coréia do Sul, República da Irlanda, Espanha, Finlândia e o Chile aumentaram a escolaridade média de suas populações, investiram a maior parte de seus gastos sociais em educação, melhoraram a qualidade do aprendizado e investiram em formação de professores e os valorizaram profissionalmente. Deram certo na promoção da educação, e isso se refletiu fortemente no desenvolvimento econômico e social.

Nas últimas décadas, no Brasil, foram promovidos esforços para melhorar no campo da educação. Alcançar 97% da população de 7 a 14 anos matriculada foi um avanço diante das taxas do fim da década de 1980, quando o índice era de 86%. Mas ainda é pouco. Não podemos consentir que 3% de nossas crianças fiquem fora da escola.

Para superar o quadro de debilidade da aprendizagem na educação, é necessário aumentar os recursos, mas, sobretudo, direcioná-los melhor, com planos e metas claros de avanços reais. É preciso não só uma reforma do financiamento da educação, mas também uma reforma pedagógica e de gestão, para que o Brasil não perca por completo o bonde da História. E a base dessa reforma é a federalização da educação básica, uma espécie de sistema único da educação. Não se trata de centralismo gerencial ou pedagógico, mas sim a expressão mais nítida da responsabilidade da União com a educação das crianças brasileiras, mantendo o gerenciamento municipal e permitindo a liberdade pedagógica, mas com exigências mínimas definidas em uma Lei de Responsabilidade Educacional.

**GERALDO ALCKMIN:** Em primeiro lugar, é preciso dizer que o governo Lula promoveu um aumento sistemático da carga tributária, que já anda perto dos 40% do PIB. Apesar de a arrecadação da Receita Federal bater recordes consecutivos, não houve melhora na qualidade dos serviços públicos. E o aumento dos gastos do governo é maior do que o aumento da receita. O Estado desperdiça dinheiro porque não tem critérios para avaliar os

programas. Desperdiça também com a corrupção. Estudos apontam que a corrupção provoca prejuízos de cerca de R\$ 10 bilhões por ano. É quase a metade do que o governo petista promete investir neste ano. A melhoria dos serviços públicos começa com moralização e racionalização da gestão. Em alguns casos, será necessário elevar os gastos e, em outros, é possível fazer muito mais e melhor com menos do que se gasta hoje.

Na área da saúde, é preciso regulamentar a Emenda Constitucional 29, que obriga a aplicação de parte da receita das três esferas de governo na saúde. Com esta regulamentação, é possível ter bases de financiamentos minimamente estáveis e mais transparentes. É possível evitar os desvios orçamentários, em que dinheiro é gasto fora do elenco reconhecido como sendo de ações e serviços típicos de saúde. O PSDB e atores importantes do setor da saúde têm feito esforços para conseguir a regulamentação da EC 29. O governo Lula, porém, tem impedido que o projeto de lei complementar seja debatido e vá para a votação.

Na área da educação, vamos universalizar o acesso ao ensino fundamental, sem deixar de lado a questão da qualidade. O governo FHC conseguiu universalizar o acesso de todos à escola, mas hoje apenas 65% concluem o ensino fundamental e a taxa de repetência continua elevada. A partir da avaliação das escolas, vamos estabelecer uma política que dê condições para todas as escolas melhorarem e introduzir mecanismos de incentivos para valorizar aquelas que conseguem os melhores resultados para os alunos.

/// Não vou apenas manter o Bolsa-Família. Vou ampliar o programa e restabelecer e reforçar as contrapartidas e vinculações com as áreas de educação e saúde. A contrapartida não é uma punição, mas um benefício para as próprias famílias inscritas no programa. //

GERALDO ALCKMIN



# 2 Estabilidade e crescimento



*O BRASIL FEZ A LIÇÃO DE CASA PARA GARANTIR O CONTROLE DA INFLAÇÃO. OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS ESTÃO MAIS SÓLIDOS, MAS SE CONTRAPÕEM A UMA REALIDADE QUE NEM O GOVERNO LULA REJEITA: O CRESCIMENTO DO PIB FICOU AQUÉM DO DESEMPENHO DE OUTROS PAÍSES EMERGENTES E PASSOU AO LARGO DA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA. O PRESIDENTE APOSTA QUE AS BASES ESTABELECIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS VÃO GARANTIR A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NUM RITMO MAIS PUJANTE NO SEGUNDO MANDATO, MAS OUTROS CANDIDATOS ACENAM COM MUDANÇAS DE FOCO QUE JULGAM IMPRESCINDÍVEIS PARA QUE O BRASIL CHEGUE LÁ.*

**■ Nos últimos anos, o país vem apresentando bons resultados econômicos no que se refere ao controle da inflação, à estabilização do quociente dívida/PIB, ao superávit em conta corrente, à redução da dívida externa e ao perfil da dívida interna. Há, por outro lado, problemas com a elevada taxa de juros e a falta de recursos para investimento. Como o candidato avalia a situação econômica atual do país? O que está faltando para o país crescer a taxas menos medíocres e de forma sustentável?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Promover maior desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade, é o nosso principal objetivo. Num segundo mandato, o governo Lula dará impulso ao crescimento

econômico e à geração de empregos. Vamos ampliar o mercado interno, as exportações, e continuar combatendo a exclusão social, a pobreza e a desigualdade com a erradicação da fome e a expansão cada vez maior das políticas sociais. E isso será possível porque construímos, com muito esforço, as bases para um crescimento sustentável duradouro. A inflação está sob controle e abaixo da meta fixada pelo governo. O risco-Brasil é o mais baixo desde que este índice passou a existir. O país tem um importante superávit nas contas externas. Então, temos todas as condições para avançar no crescimento. Mas, para garantir essas conquistas, sabemos que é preciso manter uma política econômica correta, com grande responsabilidade na área fiscal e inflação baixa.

**HELOÍSA HELENA:** A situação econômica atual, em especial com relação aos indicadores externos, vem se beneficiando da conjuntura de elevada liquidez dos mercados financeiros,



**///** Temos todas as condições para avançar no crescimento. Mas, para garantir essas conquistas, sabemos que é preciso manter uma política econômica correta, com grande responsabilidade na área fiscal e inflação baixa. **///**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

## 2 Estabilidade e crescimento



/// Há uma grande inércia do atual governo em aproveitar esse período de relativa calma no mercado financeiro para implementar medidas que possam, de fato, elevar o nível de proteção de nossa economia às chamadas turbulências externas. ///

HELOÍSA HELENA

dos preços de algumas *commodities* que têm importante participação em nossa pauta de exportações e do forte impacto que a expansão da economia chinesa, principalmente, vem produzindo no comércio internacional.

Contudo apontamos que há uma grande inércia do atual governo em aproveitar esse período de relativa calma no mercado financeiro para implementar medidas que possam, de fato, elevar o nível de proteção de nossa economia às chamadas turbulências externas. E, particularmente, promover mudanças nas políticas monetária, fiscal e cambial, capazes de reconduzir o país a um forte processo de crescimento econômico interno, com geração significativa de empregos e a elevação da participação dos salários na renda nacional.

**CRISTOVAM BUARQUE:** De fato, os fundamentos econômicos melhoraram, mas o país cresce a níveis inferiores à média mundial e abaixo dos países emergentes – 4/4,5% –, com percentuais levemente superiores a 2%, no que se refere ao governo Lula. Com isso, estamos ficando para trás, perdendo competitividade e aumentando a vulnerabilidade da economia no médio prazo. O principal motor da retomada do crescimento econômico será nosso programa de reformas e consolidação das instituições, centrado em cinco grandes eixos: (1) manutenção da estabilidade e responsabilidade fiscal; (2) reforma do Judiciário para assegurar a garantia dos contratos (a insegurança jurídica é o maior inibidor de investimentos); (3)

reforma e consolidação das instituições para fortalecer a democracia, com destaque para a reforma política; (4) reforma administrativa, aplicada ao aparato de Estado (redução da burocracia e redução da irracionalidade do sistema estatal – em muitos setores, além de se retirar, o Estado não deve atrapalhar o setor privado); (5) reforma tributária, a partir da simplificação do sistema e agilização e redução de procedimentos para pequenas e médias empresas, como forma de reduzir drasticamente a informalidade.

Outra alavanca do crescimento econômico será o controle dos gastos públicos, medida que nós adotaremos por meio de um acordo com os líderes políticos e presidentes de instituições. O Rio Grande do Sul fez isso há pouco tempo. O freio nos gastos sinalizará uma queda na taxa de juros, permitindo a retomada do crescimento.

**GERALDO ALCKMIN:** O Brasil não cresce porque não investe. A carga tributária atual e a insegurança jurídica tiram da iniciativa privada capacidade e incentivo para investir. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos definham e os privados ficam bem abaixo do potencial. É possível mudar essa situação, viabilizar a elevação paulatina de investimentos públicos e, principalmente, o rápido crescimento dos investimentos privados. Em relação aos investimentos privados, duas sinalizações são essenciais: uma política econômica pró-crescimento, com juros baixos, redução paulatina de impostos e financiamento dos bancos oficiais

alinhados a esse objetivo; de outro lado, o restabelecimento de marcos regulatórios apropriados e da segurança jurídica necessária para que o investidor, brasileiro ou estrangeiro, tome suas decisões com tranquilidade.

Em relação ao setor público, é indispensável redirecionar os gastos públicos para privilegiar os investimentos e reduzir o peso dos impostos. Faremos uma política fiscal rigorosa que aumente a eficiência dos gastos e reduza o desperdício. Uma sinalização importante dessa determinação será extinguir ministérios e órgãos que fo-

ram criados pelo atual governo com o objetivo de acomodar militantes.

É preciso atribuir racionalidade ao sistema tributário e principalmente ao gasto público. Nesse sentido, é necessário extinguir muitas contribuições e impostos e criar um sistema tributário simples para desburocratizar, reduzir custos e facilitar a vida das empresas. Na outra ponta, é preciso cortar gastos irrelevantes, reduzir o peso da máquina pública inútil, definir prioridades na alocação dos recursos, fazer render o dinheiro da sociedade. À medida que o gasto for sendo racionalizado, o ônus tri-

butário será reduzido, contribuindo para estimular ainda mais o crescimento.

■ **Em discurso de lançamento de sua campanha à reeleição, o presidente Lula foi enfático ao dizer que “acabou o tempo em que um leve resfriado nos mercados globalizados significava uma grave pneumonia no Brasil”. A economia brasileira de fato está preparada para o impacto de uma crise externa?**

## FERNANDO FERRARI FILHO

Professor do Departamento de Economia da UFRGS

### O desafio de crescer com inclusão

O maior desafio do próximo governo é uma estabilidade econômica que conjugue estabilização de preços e crescimento econômico sustentável com inclusão social. A atual política econômica, alicerçada em metas de inflação e superávit fiscal e flexibilidade cambial, não garante esses objetivos.

A média inflacionária anual de 1999 a 2006, caso o IPCA deste ano fique em 3,7%, deve ser da ordem de 7,6% – estabilizada, mas ainda elevada. O PIB, em contrapartida, nos últimos sete anos deverá ficar na média de 2,4% ao ano – se também em 2006 crescer ao redor de 3,2% – e ainda assim sofrendo oscilações a la *stop-and-go*.

A taxa de juros elevada e a taxa de câmbio apreciada são os instrumentos preferenciais da política inflacionária. Já o PIB tem crescido devido à dinâmica do setor exportador. Nos últimos anos houve um excesso de liquidez na economia mundial e parte dos recursos foi direcionado aos países emergentes, mas

o Brasil tirou pouco proveito do cenário internacional.

O crescimento não é mais dinâmico porque não há um ambiente institucional favorável ao investimento produtivo. Políticas monetária e fiscal contracionistas, aliadas à apreciação cambial e a outros fatores estruturais, não sinalizam uma elevação da relação Formação Bruta de Capital/PIB, ao redor de 19,5% contra uma necessidade de, ao menos, 25%.

O que deve acontecer a partir de 2007? A vitória de um dos favoritos aponta para a manutenção dos alicerces da atual política econômica. As propostas de Heloisa Helena são as que indicam alguma mudança com a redução das taxas de juros, flexibilidade fiscal e controle de capitais.

O controle de capitais é imprescindível para resgatar a autonomia de política econômica fiscal e, principalmente, monetária e para reduzir o grau de fragilidade externa da economia brasileira. O cenário pede ainda reformas: tributária, previdenciária, financeira.

## 2 Estabilidade e crescimento



### **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

Temos, hoje, uma economia sólida, capaz de garantir o crescimento de forma sustentada e com força para resistir aos solavancos externos. Vocês se lembram que no primeiro semestre deste ano o cenário externo se deteriorou. Mas o Brasil foi pouco afetado, graças ao intenso trabalho que realizamos nos últimos anos. Mantivemos as finanças públicas em ordem e as contas externas superavitárias. Com a casa arrumada, qualquer efeito adverso do cenário internacional sobre o Brasil será passageiro.

Além disso, estamos num processo de fortalecimento do mercado interno, cujo crescimento poderá compensar algum declínio ou menor crescimento do mercado externo. A sustentação do crescimento depende fundamentalmente do investimento, que deve aumentar. Isso garantirá o

crescimento equilibrado entre oferta e demanda. Já atingimos uma taxa de investimento de 20% do PIB e poderemos caminhar para 25%, com o barateamento do crédito, a desoneração tributária e o aumento da oferta de infra-estrutura.

### **HELOÍSA HELENA:**

Não acreditamos que estejamos preparados de forma adequada para uma reversão da fase favorável em que os mercados financeiros se encontram. Nosso nível de reservas externas ainda é bastante reduzido – frente às nossas atuais necessidades de importações e demais compromissos em moeda forte –, especialmente em relação às reservas internacionais de outros países em desenvolvimento; a elevada e crescente participação do capital estrangeiro na economia brasileira nos impõe pesado ônus em termos de pagamentos de lucros, dividen-

/// De fato, os fundamentos econômicos melhoraram, mas o país cresce a níveis inferiores à média mundial e abaixo dos países emergentes. Com isso, estamos ficando para trás, perdendo competitividade e aumentando a vulnerabilidade da economia no médio prazo. ///

CRISTOVAM BUARQUE



dos e *royalties*, em moeda forte; e, principalmente, continuamos a nos manter vulneráveis à livre movimentação de capitais, nos expondo às possibilidades de fortes oscilações nos fluxos cambiais, especialmente em decorrência do volume de recursos estrangeiros aplicados em nosso mercado financeiro.

Mais grave, ainda, é que o processo de liberalização financeira se encontra em pleno curso, com as recentes medidas que, a pretexto de diminuir o fluxo de entrada de dólares no país, ampliaram o prazo de internalização das receitas cambiais dos exportadores, permitindo também que parte dessas receitas sequer necessite de ingressar no Brasil. Conhecemos as justificativas oficiais para esse tipo de medida, delas discordamos e alertamos que, com essas novas regras, os exportadores tenderão a se comportar como qualquer outro agente econômico, vinculado estritamente às oportunidades de ganhos financeiros, através da arbitragem em relação à taxa de juros e à taxa cambial. Ou seja, em vez de o governo adotar mecanismos para inibir os efeitos do movimento especulativo cambial, passamos a estimular os exportadores a agirem de forma a reforçar a pressão especulativa contra a nossa moeda.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Primeiro, é preciso lembrar que Lula foi contra as medidas de estabilização econômica, que hoje ele aponta como grandes feitos, responsáveis pela situação econômica atual. As primeiras medi-

das foram tomadas em 1998, mas só em 2001, Lula começou a perceber a necessidade da responsabilidade fiscal. Em 1994, defendi o Plano Real, e o PT e o Lula reclamaram. Em 1998, defendi a manutenção do Malan e do Armínio Fraga por cem dias, como forma de garantir a estabilidade, porque o discurso de Lula causava instabilidade, e ele e o PT me criticaram.

O que Lula não diz hoje é que não basta o instrumental que temos em prática para assegurar a estabilidade. É preciso ir mais longe. Nosso superávit comercial é baseado em bens primários e a nossa melhora relativa é assegurada graças a um crescimento econômico vagaroso. Por exemplo: os analistas da economia internacional já especulam sobre a interrupção do atual ciclo de crescimento, em função da expectativa de recessão americana nos dois primeiros trimestres do ano que vem, mas Lula nada diz sobre isso.

**GERALDO ALCKMIN:** A declaração revela que o presidente nada entende de saúde ou de economia. A doença crônica do país é a falta de crescimento econômico. No ano passado, só não andamos mais devagar do que o Haiti. Todos os demais países da América Latina cresceram mais do que o Brasil. O mundo estava saudável e nós continuamos com baixo crescimento. Enquanto o país não voltar a crescer de forma robusta, declarações como esta revelam um mau diagnóstico. Se a economia é tão saudável, por que não cresce?



/// O Brasil não cresce porque não investe. A carga tributária atual e a insegurança jurídica retiram da iniciativa privada capacidade e incentivo para investir. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos definham e os privados ficam bem abaixo do potencial. ///

GERALDO ALCKMIN

# 3 O papel do Banco Central



*GERALDO ALCKMIN APREGOA O COMBATE AOS GASTOS PÚBLICOS PARA CONTER O QUE CONSIDERA EXAGERO DAS TAXAS DE JUROS NO CONTROLE DOS PREÇOS, LULA DEFENDE UMA GRADATIVA REDUÇÃO DOS JUROS COM A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DA INFLAÇÃO, CRISTOVAM BUARQUE ACENA COM O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE METAS INFLACIONÁRIAS, ENQUANTO HELOÍSA HELENA PROPÕE UMA NOVA ORDEM MACROECONÔMICA. TODOS DEFENDEM A AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL, MAS A CANDIDATA DO PSOL QUER QUE O GOVERNO RETOME A PRERROGATIVA DE FAZER POLÍTICA ECONÔMICA.*

■ **O candidato aprova o regime de metas para controlar a inflação? Tem alguma proposta alternativa? Como avalia a atuação do BC no controle inflacionário?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Nós estamos provando que é possível crescer com uma inflação baixa. Defendemos uma política gradativa de redução dos juros com a manutenção do equilíbrio da inflação. Estamos convencidos de que os juros não podem ser o único instrumento para controlar a inflação. O que o governo fez foi impedir que a inflação voltasse a tirar o valor real dos salários do povo trabalhador. Por isso, a nossa luta é por uma meta de inflação que possa colocar o Brasil no patamar dos países desenvolvidos.

**HELOÍSA HELENA:** A atual política monetária não pode estar centrada em mecanismos que busquem exclusivamente o controle da inflação.

Defendemos que metas relativas ao crescimento econômico e à geração de empregos são essenciais – juntamente com a questão inflacionária – para o balizamento de uma adequada política monetária, que venha a se constituir em um alicerce importante da nova ordem macroeconômica que desejamos para o Brasil.

Ademais, podemos afirmar que as metas que têm sido estabelecidas para a inflação anual brasileira acabam por se transformar em pretexto para o injustificável: a manutenção das indecentes e indefensáveis taxas de juros reais que, além de comprometer de sobremaneira o orçamento do Tesouro, condenam a economia brasileira a baixas taxas de crescimento e ao convívio com taxas de desemprego incompatíveis com a nossa realidade e necessidades.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Meu governo manteria a política de metas de inflação, porque ela tem sido eficiente, e procuraria aperfeiçoá-la.



/// O que o governo fez foi impedir que a inflação voltasse a tirar o valor real dos salários do povo trabalhador. Por isso, a nossa luta é por uma meta de inflação que possa colocar o Brasil no patamar dos países desenvolvidos. ///

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

### 3 O papel do Banco Central



**//** O Banco Central se constitui, no Brasil de hoje, no verdadeiro centro condicionador de toda a política econômica do governo, e esta, por sua vez, é expressão maior dos interesses e pressões da conveniência dos mercados financeiros. **//**

HELOÍSA HELENA

**GERALDO ALCKMIN:** A meta é importante para sinalizar as expectativas do governo em relação ao futuro. O problema não é a meta em si, mas a política fiscal e os desacertos entre as várias áreas do governo, cada um dizendo e fazendo uma coisa. Como a política fiscal é ruim, a política monetária é o único instrumento para segurar a inflação. O resultado é a taxa de juros mais alta do planeta. Com juros altos, há uma valorização excessiva da moeda.

Vamos focar na qualidade da questão fiscal. Não deixar o governo jogar dinheiro fora. Com o controle de gastos, a política monetária não precisa exagerar nos juros para controlar os preços. Com juros mais baixos, o câmbio será mais competitivo. Não podemos continuar com esse câmbio, que provoca uma desindustrialização do país.

**■ Desde o governo FHC, o BC conquistou, de fato, relativa autonomia para escolher os meios de atingir a meta de inflação. O candidato apóia as autonomias operacional, financeira e orçamentária do Banco Central? Como se coloca em relação ao aumento do controle social da autarquia, via ampliação do Conselho Monetário Nacional com representantes dos setores produtivos?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Hoje, o presidente do BC tem *status* de

ministro e se reporta diretamente ao presidente, com plena liberdade para perseguir as metas de inflação que são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sem qualquer interferência política. Esta sistemática de trabalho tem dado resultado, tanto que a inflação brasileira encontra-se totalmente sob controle e apresenta seus índices mais baixos de todos os tempos.

Para nós, a questão do Banco Central não pode ser tratada apenas do ponto de vista do debate político e ideológico que se dá na sociedade. Ela tem que ser tratada principalmente do ponto de vista técnico, como tem sido feito, com as taxas de juros em declínio progressivo.

**HELOÍSA HELENA:** O Banco Central se constitui, no Brasil de hoje, no verdadeiro centro condicionador de toda a política econômica do governo, e esta, por sua vez, é expressão maior dos interesses e pressões da conveniência dos mercados financeiros. Não é necessário um conhecimento mais aprofundado de economia para identificar uma tremenda deformação nesse tipo de situação.

Não é razoável, por exemplo, que a política monetária coloque o Orçamento do Tesouro como uma espécie de refém de suas premissas e exigências, condicionando de forma constrangedora a política fiscal – seja em relação às suas receitas, seja em relação às despesas de custeio da máquina pública e de novos investimentos. Nesse sentido, o mais



importante, nessa altura da tragédia brasileira, é a capacidade de o governo brasileiro voltar a ter a prerrogativa de fazer política econômica – com soberania e em consonância com os objetivos maiores de fazer o país crescer de forma acelerada e através de políticas de distribuição de renda e de riquezas. É isto o que está em jogo: recuperar a capacidade do governo em definir políticas para a sociedade como um todo e, em particular, no interesse dos trabalhadores e dos mais pobres.

O BC, nesse sentido, deverá estar subordinado às prioridades definidas pelo governo como um todo e, especificamente, ao Ministério da Fazenda, enquanto órgão responsável pela execução da política monetária e de fiscalização de todo o sistema bancário. Defendemos um BC realmente autônomo e independente do capital financeiro.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Sou a favor de um Banco Central independente, com presidente escolhido, de preferência, entre os funcionários da instituição, mandato diferente do de presidente da República e aprovação do Senado Federal. Sou tão favorável a essa orientação que acho que quem deve falar sobre Banco Central é o presidente do Banco. Eu sou candidato a presidente da República.

**GERALDO ALCKMIN:** Sou favorável, mas essa não é, para mim, uma questão central. O BC já conquistou uma autonomia. É informal, mas já tem. Para mim, a questão central é a fiscal. Nós somos favoráveis à ampliação do controle social sobre o Estado. Mas isto não pode ser confundido com a ampliação de conselhos e com o falso democratismo em voga, que, além de não ser nada democrático, compromete a operacionalidade das instituições

/// Sou a favor de um Banco Central independente, com presidente escolhido, de preferência, entre os funcionários da instituição, mandato diferente do de presidente da República e aprovação do Senado Federal. Sou tão favorável a essa orientação que acho que quem deve falar sobre Banco Central é o presidente do Banco. Eu sou candidato a presidente da República. ///

CRISTOVAM BUARQUE

### 3 O papel do Banco Central



/// Diferentemente dos principais bancos centrais do mundo, o Banco Central do Brasil não tem compromisso com o desenvolvimento econômico, e a diretoria cumpre sua missão com tamanha avidez que não permite que se criem as condições necessárias para tal. ///

DARO MARCOS PIFFER

## SINAL

Daro Marcos Piffer  
Presidente do Sinal São Paulo

### Mais perto do cidadão

O Banco Central do Brasil exerce sua função de autoridade monetária atuando na formulação e gestão das políticas monetária e cambial, na regulação e supervisão do sistema financeiro nacional e na administração do sistema de pagamentos e do meio circulante. Sua atuação nessas áreas é norteadada pela missão de “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro nacional”. Para cumprir seu papel, o BC dispõe de um conjunto de instrumentos, cujo manejo provoca diferentes impactos sobre a atividade econômica. É aqui que passamos a discutir se o Banco cumpre, de fato, o seu papel.

A *intelligentia* econômica deste país defende que a estabilidade do valor da moeda é pré-requisito para o crescimento econômico sustentado de longo prazo. Vivemos sob um regime inflacionário estável há 13 anos e há sete convívios com o regime de metas de inflação. No entanto, o prometido e esperado crescimento parece cada vez mais distante de ser alcançado. Isso ocorre, simplesmente, porque há um equívoco na missão do BC. Diferentemente dos principais bancos centrais do mundo, o Banco Central do Brasil não tem compromisso com o desenvolvimento econômico, e a diretoria cumpre sua missão com tamanha avidez que não permite que se criem as condições necessárias para tal. O tratamento que a instituição oferece aos cidadãos também mostra o quão distante esse órgão está das demandas provenientes da sociedade.

O Banco Central sempre se recusou a aplicar, inclusive em suas fiscalizações, o Código de Defesa do Consumidor. Mesmo agora, após decisão do STF sobre a aplicabilidade da referida lei aos bancos, a autoridade monetária insiste em não prestar ao cidadão uma orientação plausível ou responder às suas reclamações. E, mais uma vez, essa situação ocorre devido a uma interpretação simplista de sua missão. Afinal, um sistema financeiro só poderá ser sólido quando as relações entre os bancos e seus clientes estiverem calçadas na moralidade, na ética e na atuação firme da competente autoridade monetária.

É por isso que o Sinal defende uma missão mais ampla para o Banco Central: “Garantir a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, a solidez do sistema financeiro brasileiro e a proteção da economia popular.” Esse é o primeiro passo para que o Banco passe, de fato, a cumprir o seu relevante papel perante o país e a sociedade.

públicas, chegando às vezes a paralisá-las completamente.

Decisões políticas são tomadas pelo governo e pelos representantes do povo, ambos eleitos democraticamente. Cabe ao Banco Central executá-las da melhor maneira possível. Eu sou favorável a criar mecanismos para facilitar a comunicação entre o CMN e os setores produtivos e sociedade em geral, mas não considero que a ampliação do Conselho com a inclusão de representantes dos setores produtivos melhore o controle social ou a sua governança.

**■ A missão atual do BC é “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro nacional”. O Sinal defende a ampliação dessa missão para “assegurar a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, solidez do sistema financeiro e proteção da economia popular”. O candidato concorda?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Esse é o caminho que estamos construindo. O Brasil já entrou em um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, e o Banco Central leva isso em consideração nas suas decisões.

**HELOÍSA HELENA:** Não somente concordamos, como também defendemos – como já explicitamos – que a política monetária deve estar

vinculada a metas de crescimento econômico, geração de empregos e controle inflacionário. Além disso, acreditamos que o trabalho de fiscalização exercido pelos técnicos do BC terá de ser devidamente valorizado e incentivado pela futura direção do Banco. Esta, por sua vez, deverá contar com quadros desvinculados dos interesses imediatos daqueles a quem a instituição deva fiscalizar, ou seja, desvinculados dos grandes bancos de varejo e de negócios.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Acho que minha resposta anterior já contempla essa questão. Claro que sou favorável a esse conceito. Vou mais longe. No meu programa de governo, conforme vocês poderão constatar em poucos dias, a preservação da estabilidade (não apenas econômica, mas também nas áreas de segurança, jurídica, social, etc.) desempenha papel relevante como um dos eixos da retomada do crescimento econômico. O guardião da estabilidade é o Banco Central, como responsável pela preservação do poder de compra da moeda.

**GERALDO ALCKMIN:** Sim. Eu não poderia concordar mais com essa missão, pois sem estabilidade da moeda não pode haver desenvolvimento econômico, sistema financeiro sólido e muito menos economia popular. Da mesma maneira que não há nenhuma possibilidade de manter uma moeda estável e um sistema financeiro nacional sólido sem desenvolvimento econômico.

**///** O problema não é a meta em si, mas a política fiscal e os desacertos entre as várias áreas do governo, cada um dizendo e fazendo uma coisa. Como a política fiscal é ruim, a política monetária é o único instrumento para segurar a inflação. O resultado é a taxa de juros mais alta do planeta. **///**

GERALDO ALCKMIN



# 4 Reforma do Estado



*A NECESSIDADE DE UMA REFORMA DO ESTADO UNIFICA O DISCURSO DOS CANDIDATOS AO PALÁCIO DO PLANALTO. TODOS DEFENDEM A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E LIMITAÇÕES AOS CARGOS COMISSIONADOS. CHOQUE DE GESTÃO É QUASE QUE UMA PALAVRA DE ORDEM NO RECEITUÁRIO COMUM DA REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. UMA NOVA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, PORÉM, ESCAPA PRATICAMENTE INCÓLUME DAS PROPOSTAS DE MUDANÇAS. OS ENTREVISTADOS PREFEREM APOSTAR EM UM CRESCIMENTO MAIS ROBUSTO DA ECONOMIA PARA ASSEGURAR O PAPEL SOCIAL DA PREVIDÊNCIA.*

**■ Na opinião do candidato, a Previdência Social é deficitária no Brasil? O candidato pretende encaminhar ao Congresso Nacional ou apoiar uma nova reforma da previdência do setor público? Em que termos?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** O governo Lula está realizando uma grande reforma na gestão da Previdência Social. Reduzimos gastos e criamos mecanismos para evitar fraudes, desvios e pagamentos indevidos. Estamos recuperando créditos e modernizando os sistemas de arrecadação e fiscalização. O resultado é que, no início deste ano, a previsão de déficit era de R\$ 50 bilhões. Mas já trabalhamos com R\$ 41 bilhões. Essa reforma é importante porque a Previdência tem sofrido, ao longo dos anos, as conseqüências da falta de planejamento e desatenção com os seus cadastros e controles de pagamentos. Dessa forma, deixar a casa arrumada é uma tarefa que precede qualquer reforma legal. A Previdência é responsável por uma das

maiores políticas de transferência de renda à população mais pobre do país. E o aperfeiçoamento da gestão é fundamental para garantir o atendimento de seus milhões de segurados. Além disso, esperamos, num segundo mandato, o crescimento vigoroso da economia, que resultará em forte aumento na arrecadação previdenciária.

**HELOÍSA HELENA:** Não há sentido em afirmar que uma política de caráter social – como é o caso da previdenciária – seja “deficitária”. O Estado tem obrigações constitucionais e deve procurar criar as condições para cumpri-las. No caso das despesas previdenciárias, os constituintes de 1988 criaram fontes de financiamento para garantir esses compromissos, em conjunto com as obrigações estatais de saúde e assistência social. Esse conjunto de receitas para responder às despesas da Previdência, da saúde e da assistência social não somente é hoje superavitário como também ajuda a financiar, em parte, o “rombo” que a política monetária produz nas contas públicas – essa, sim, a verdadeira vilã



**/// A Previdência é responsável por uma das maiores políticas de transferência de renda à população mais pobre do país. E o aperfeiçoamento da gestão é fundamental para garantir o atendimento de seus milhões de segurados. ///**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

## 4 Reforma do Estado



/// O conjunto de receitas para responder às despesas da Previdência, da saúde e da assistência social não somente é hoje superavitário, como também ajuda a financiar, em parte, o “rombo” que a política monetária produz nas contas públicas. ///

HELOÍSA HELENA

do orçamento público. O superávit do Orçamento da Seguridade Social, em 2005, foi superior a R\$ 56 bilhões.

**CRISTOVAM BUARQUE:** De fato, verifiquei que a arrecadação do INSS não tem crescido suficientemente para bancar o forte crescimento da folha de benefícios da Previdência Social nos últimos anos. Pretendo me empenhar firmemente no combate à sonegação e na busca de formas inteligentes de aumentar a arrecadação do órgão sem infernizar a vida de contribuintes. Não obstante, espero que a firme retomada do crescimento econômico, que deverá ocorrer se eu for eleito, seja o principal elemento para reduzir o hiato entre benefícios e contribuições. Pretendo, também, vasculhar os demonstrativos relativos ao aumento recente dos gastos, para examinar a adoção de medidas corretivas de vários desequilíbrios que estão se tornando evidentes. Por exemplo, como se explica que os gastos com o “auxílio-doença” passaram de R\$ 4 bilhões/ano, em 2000, para R\$ 13 bilhões/ano, no ano passado, sem que se saiba de nenhum incremento correspondente na incidência de doenças no país?

**GERALDO ALCKMIN:** É obrigação do presidente da República zelar para garantir os direitos dos cidadãos brasileiros. A Previdência Social exerce um importantíssimo papel no Brasil de rede de proteção social, que deve ser adequadamente mantido, modernizado e fortalecido. Para a maioria da população, representa a única

proteção nos momentos de maiores dificuldades, além de um porto seguro nas idades avançadas.

Primeiro, precisamos trazer para o sistema os trabalhadores que hoje estão excluídos. Os informais representam 57% da população economicamente ativa e ocupada, e o Brasil não será justo enquanto esses cidadãos permanecerem de fora do sistema. Uma segunda medida é reforçar a fiscalização para reduzir a sonegação.

Vamos respeitar os direitos adquiridos, mas precisamos também, com urgência, regulamentar a Proposta de Emenda Constitucional que estipula o teto para o benefício dos servidores públicos. Ela foi aprovada, mas o presidente Lula não regulamentou. Os fundos de previdência complementar dos servidores precisam sair do papel. Se novos servidores quiserem se aposentar com salário de R\$ 20 mil, o Estado arcará com uma parte e o restante ele terá de receber de fundo complementar, pagando a contrapartida. É uma economia importante, que já poderia estar em vigor.

Por fim, vamos promover um choque de gestão na Previdência para melhorar o atendimento à população. Enquanto existirem filas, o segurado não estará tendo o tratamento digno que merece.

■ **Nas últimas décadas, o Estado vem passando por um processo de sucateamento. Salários defasados, falta de servidores, condições de trabalho inadequa-**

## das e explosão das terceirizações. Quais as propostas do candidato para reverter o quadro? Qual a política salarial para o funcionalismo? Como o candidato pretende valorizar o servidor público?

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** O governo Lula realizou investimentos expressivos no serviço público. Auto-

rizamos a contratação de 81 mil novos servidores, com dois objetivos principais: a substituição de funcionários terceirizados e aposentados e a recomposição do quadro de servidores. A previsão é que, em 2006, 21.391 novas vagas sejam abertas no serviço público mediante concurso.

Desde o início do nosso governo, a postura adotada tem sido valorizar o servidor público. Isso levou à criação, em fevereiro de 2003, da Mesa Na-

cional de Negociação Permanente. O diálogo com os servidores é o principal eixo desse trabalho, no qual se tem avaliado uma política de reajustes salariais diferenciados, levando em consideração o que cada categoria obteve de ganhos salariais nos últimos anos. Aqueles que obtiveram ganhos menores foram beneficiados com uma recomposição salarial maior. A concessão desses reajustes significativos aos servidores, por sua vez, não tem

## SINAL

Sérgio da Luz Belsito – Presidente do Sinal Rio de Janeiro

### O combate à corrupção

**D**os “anões do orçamento” aos “sanguessugas”, pouca coisa mudou no país, nos últimos 20 anos, seja quanto ao combate ao crime organizado, seja quanto à prevenção do desvio de recursos públicos e à corrupção. Se atitudes vêm sendo tomadas, como afirmam as autoridades, seus resultados práticos deixam a impressão de que elas ainda são tímidas, principalmente no que toca à devolução de recursos desviados e à punição dos culpados.

Maior transparência nas contas públicas, qualificação de nossos representantes no congresso e conscientização da sociedade para o assunto são pré-requisitos para ações preventivas em todas as áreas.

O **Sinal** defende a adoção urgente de medidas enérgicas, na esfera da administração pública, no sentido de reverter o atual “sucateamento” do Estado, dando melhores condições de trabalho aos servidores públicos e retribuindo-lhes com salário justo e política salarial definida.

Entre essas medidas, deveriam constar: a) a redução dos cargos de livre nomeação; b) seu preenchimento por servidores concursados; c) concurso público obrigatório para

o preenchimento de vagas (com o conseqüente fortalecimento do Estado); e d) o fim da terceirização, que nos legou um triste quadro do serviço público como um todo.

De imediato, duas providências deveriam ser adotadas: o maior intercâmbio entre as diversas áreas de governo, principalmente na esfera de fiscalização, e a autonomia técnica dos servidores, a garantir-lhes o pleno exercício de suas funções.

Também importantes, nesse processo de reformulação do Estado para o combate à corrupção são a reestruturação e o aperfeiçoamento do Coaf – atuando com maior independência - bem como dos órgãos fiscalizatórios, com o aparelhamento de recursos e de pessoal, o que conferiria ao Estado uma mudança qualitativa do seu patamar de atuação.

Fundamental, naturalmente, para embasar esses novos procedimentos, o **Sinal** defende uma extensa reformulação do arcabouço legal que rege a matéria. Essa providência permitiria, no mínimo, a imediata repatriação do imenso volume de recursos desviados. Enquadraria também, na legislação, todos os atos que definem os crimes de lavagem de dinheiro.

## 4 Reforma do Estado



comprometido a disciplina fiscal em relação aos gastos públicos, mostrando que é possível adequar gestão pública e política salarial.

**HELOÍSA HELENA:** Os servidores públicos serão peças-chave em nossa estratégia de governo, porque deles dependerá toda a execução prática das políticas a serem desenvolvidas pelo Estado, no âmbito de um novo tipo de trabalho que iremos implantar no Executivo federal. Contratação de novos servidores, especialmente para o atendimento à população, prioritariamente nas áreas sociais; treinamento intensivo, voltado à gestão dos serviços – dentro das normas da boa administração pública – e tratamento adequado aos cidadãos; valorização salarial e funcional dos profissionais; além da absoluta priorização dos servidores públicos de carreira para a ocupação dos chamados cargos de confiança são algumas das iniciativas que citamos como compromissos do nosso governo.

Com relação à situação salarial dos servidores públicos federais, temos hoje realidades muito díspares, em decorrência da política de reajustes diferenciados e segmentados que tanto o governo atual como o anterior implementaram. Nesse sentido, um primeiro procedimento a ser feito será levantar as perdas salariais acumuladas – e que são diferenciadas – para cada uma das distintas carreiras que compõem o serviço público. Objetivamos, inicialmente, apresen-

tar uma proposta de plano para a reposição dessas perdas salariais, em relação à inflação acumulada nos últimos anos, bem como definir uma metodologia de reajustes futuros que garantam o poder de compra dos vencimentos dos servidores.

Uma vez definida essa etapa, teremos de enfrentar a necessidade de uma negociação ampla – com as diferentes entidades de representação dos servidores – a respeito da reestruturação das carreiras que compõem o serviço público. Existem, atualmente, inúmeras carreiras que possuem planos de cargos, com mecanismos de ascensão funcional definidos, bem como gratificações vinculadas à produtividade, à titulação e ao aperfeiçoamento dos servidores. Outros segmentos de servidores carecem de mínimas referências para o estabelecimento de planos de carreira, que venham a dar sentido profissional estratégico a cada um deles. Há, portanto, uma heterogeneidade de situações que necessitarão de tratamentos específicos, adequados a cada tipo de carência. O fato é que, independentemente de cada um desses universos que formam o conjunto de servidores, haverá a clara disposição e trabalho para dotar o serviço público, como um todo, de um alto padrão de profissionalismo, exigências e requisitos para garantir que o Estado brasileiro possua, de forma permanente e estrutural, um corpo de trabalhadores altamente qualificados, para a função de servir ao conjunto de cidadãos brasileiros.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Defendo pelo menos cinco pontos de um programa de reformas para valorizar o trabalho do servidor público: (1) redução pela metade do número de cargos comissionados, com garantia de que 50% das vagas serão preenchidas por servidores de carreira, inclusive nos cargos de secretário-executivo dos ministérios; (2) criação de uma Escola de Alta Gestão exclusiva para os servidores; (3) utilização de ensino a distância para a qualificação do servidor no caso de aprendizagem específica; (4) adoção do Sistema de Gestão por Resultados, com metas, responsabilidade e premiação; (5) Programa de Melhoria Salarial do Servidor.

**GERALDO ALCKMIN:** A situação do Estado brasileiro deve ser avaliada com objetividade, sem ideologismos, preconceitos e generalizações que sempre falseiam a realidade. Por exemplo: a própria noção de sucateamento não pode ser generalizada. Nas últimas décadas, uma parte do Estado se modernizou e se ampliou, e nem mesmo o estrago imposto pela administração petista nos últimos anos foi capaz de eliminar totalmente os avanços institucionais; em outras áreas, as deficiências são grandes e insuportáveis.

É preciso deixar claro que um dos maiores desrespeitos ao funcionário público é não lhe dar condições adequadas para realizar seu trabalho e substituí-lo por militantes desqualificados, que assumem postos de chefia, supervisão, apesar de não

estarem preparados para exercer suas funções. O maior desrespeito é preterir o esforço do funcionário de carreira em favor de apadrinhados, é não reconhecer o mérito da categoria. O funcionário público brasileiro é uma das categorias mais vilipendiadas do país. A grande maioria é trabalhadora, dedicada, honesta e competente, mas muitas vezes sobressai a imagem da indolência, incompetência e desonestidade de uns poucos. Nós vamos restabelecer o valor do funcionário público, reestruturar as carreiras, introduzir incentivos por desempenho e proteger a categoria das ingerências e injustiças provocadas pelas nomeações e privilégios políticos.

■ **Muitos situam a raiz da corrupção do país na existência de cerca de 25.000 cargos em confiança no Executivo federal, a esmagadora maioria deles preenchidos sem concurso público, por conveniência política e com o intuito de transformar o Estado em balcão de negócios. O candidato pretende manter a prática atual? O candidato apóia o fim ou a limitação drástica dos cargos de confiança, com o preenchimento dos cargos por concurso público?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** O governo tem realizado concursos nas mais variadas áreas do serviço



/// Pretendo me empenhar firmemente no combate à sonegação e na busca de formas inteligentes de aumentar a arrecadação do INSS sem infernizar a vida de contribuintes. ///

CRISTOVAM BUARQUE

## 4 Reforma do Estado



/// Vamos respeitar os direitos adquiridos, mas precisamos também, com urgência, regulamentar a Proposta de Emenda Constitucional que estipula o teto para o benefício dos servidores públicos. Ela foi aprovada, mas o presidente Lula não regulamentou. ///

GERALDO ALCKMIN

público exatamente para dar fim à terceirização que vinha predominando na Administração Pública. No entanto, para recompor algumas áreas em que havia deficiência de pessoal, e devido à criação de novas carreiras no serviço público federal, houve a necessidade de se aumentar a contratação para fazer funcionar melhor a máquina administrativa. Isso ocorreu, por exemplo, em setores fundamentais do serviço público, como a Polícia Federal, Ibama, Receita Federal, hospitais federais, agências reguladoras, etc. Desde o início do governo Lula até setembro de 2004, foram efetivados 30 mil servidores concursados. Parte desses trabalhadores substituiu, em 2003, cerca de 15.300 pessoas que mantinham vínculos precários com o Estado, atuando como prestadores de serviços terceirizados, e contratos de consultoria irregulares.

É preciso lembrar que o nosso governo tem combatido a corrupção de forma intensa e inédita no Brasil. A Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal têm dado exemplos quase diários desse combate, com ampla repercussão na mídia. São quadrilhas que, em muitos casos, já vinham agindo há décadas, e que agora estão sendo descobertas e presas. Acontece que muita gente confunde a enorme quantidade de casos de corrupção e de outros crimes que estão sendo desvendados com a impressão de que há maior corrupção no país. O que há, hoje, é um maior combate à corrupção. E a crise ética que se abateu sobre o país é, na verdade, a crise de todo o sistema político,

e não apenas de alguns partidos ou de determinadas pessoas. É claro que todos os que cometeram erros devem ser julgados e punidos. Mas somente uma reforma política, urgente e necessária, poderá evitar que muitos desses problemas se repitam.

**HELOÍSA HELENA:** Não iremos manter a prática de utilizar as nomeações para os cargos de confiança, enquanto moeda de troca do jogo político, com a finalidade de conquistar apoios de partidos ou lideranças. Os cargos de confiança serão ocupados em nosso governo pelos servidores públicos de carreira, com base em critérios que combinem competência para o exercício do cargo e compromisso com as mudanças que iremos implementar. Os quadros de fora das carreiras dos servidores estarão restritos – quando for o caso – às cúpulas dos ministérios e demais órgãos da administração pública, mas sempre combinando os critérios de competência e compromisso para as funções a que terão de responder.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Concordo plenamente. A corrupção assumiu uma imensa visibilidade neste governo, no qual os escândalos se sucederam e ministros tiveram de se demitir, sem que a Presidência tenha assumido qualquer responsabilidade ou medidas de maior envergadura. Com isso, recursos vultosos foram desviados de sua finalidade para fins privados, degradando os serviços públicos, como as instituições públicas, que ficaram abaladas. Por isso, proponho

## Malabarismo contábil

**B**aseadas em pressupostos falsos, as reformas da Previdência têm servido historicamente para subtrair direitos dos trabalhadores, quando a meta deveria ser a de aperfeiçoar o sistema para oferecer benefícios cada vez de melhor qualidade. A Anfip tem demonstrado continuamente que o sistema de Seguridade Social é superavitário, e que os noticiados “deficits” são um produto de malabarismos contábeis destinados a fazer frente ao pagamento da dívida do governo. Não podem restar dúvidas quanto aos números desse superávit, que se repetem ano a ano, uma vez que os estudos da Anfip são baseados em dados oficiais. O governo faz a “conta” do déficit levando em consideração apenas a contribuição sobre a folha de salários, o que representa uma distorção.

Não se pode falar efetivamente em “roubo” no RGPS, mas sim na existência de um grande volume de sonegação e de dívidas antigas que não são quitadas. Outra questão crucial é a criação urgente de mecanismos eficazes de inclusão previdenciária, tendo em vista a alarmante proporção de 53,46% de pessoas que não contribuem para o INSS, no universo da população ocupada, contra apenas 46,54% que contribuem, segundo dados do PNAD/IBGE 2004.

O sistema previdenciário é de relevância incomparável. A Previdência Social e, mais recentemente, os pagamentos de benefícios da LOAS e do Bolsa-Família fomentam a economia dos municípios brasileiros e possibilitam a existência de empresas localizadas na imensa maioria dessas localidades. O combate à miséria, efetivado por meio desses desembolsos diretos às pessoas, é responsável pelo sustento de milhões de famílias brasileiras, e o seu efeito pode ser mensurado no crescimento econômico. E esse efeito repercute principalmente no desenvolvimento social, na distribuição e interiorização da renda, porque chega a pequenas cidades e às áreas rurais, desatendidas pelo mercado.

Um ponto para o qual se deve atentar sempre é que, devido à precariedade da renda em nosso país, cada vez mais a cidadania e o crescimento econômico dependem da ampliação dos serviços públicos, em quantidade e qualidade. Valorização do trabalho e melhoria dos serviços públicos não são receitas do atraso. O atraso se mantém pela priorização dos ganhos financeiros que, embora legais, pecam por pouco produzir, gerar, fomentar e distribuir renda.

que os cargos comissionados sejam ocupados, pelo menos 80% deles, por servidores de carreira. Precisamos colocar o serviço público fundamental-

mente a serviço do cidadão, especialmente dos mais pobres. Os servidores públicos são peça essencial nesse processo e, como tal, devem fazer jus

à remuneração e a outras vantagens compatíveis com as disponibilidades financeiras do setor público e com o atendimento do objetivo básico de prestar o melhor serviço possível à população brasileira.

**GERALDO ALCKMIN:** A administração federal precisa ser reestruturada para adotar mecanismos gerenciais que ao mesmo tempo valorizem cada tostão do recurso público e não travem, sob o falso pretexto de evitar desvios, o funcionamento eficaz da própria máquina e a implantação das políticas. É preciso definir metas sérias e críveis, reintroduzir mecanismos de planejamento e avaliação, cobrança de resultados e responsabilização dos gestores pelas suas ações, o que implica valorizar o funcionalismo público e romper, de uma vez por todas, com o carreirismo apoiado no apadrinhamento político.

Não se pode chegar ao governo com uma visão de tomar o poder para o seu partido e para o seu grupo. Chega-se ao governo para prestar serviço, para criar condições de crescimento. Um dos meus compromissos é reduzir enormemente o número de cargos comissionados, especialmente em empresas estatais. No meu governo, as indicações vão obedecer a critérios de competência. Não vou lotear os cargos. O aparelhamento faz com que o Estado perca eficiência, além de permitir a corrupção. Por isso nós somos totalmente favoráveis a disciplinar o preenchimento dos cargos de confiança no contexto da política de valorização do funcionalismo público de carreira.

# 5 Reforma política



*POUCOS TEMAS DIVIDEM TANTO OS PRESIDENCIÁVEIS QUANTO À REFORMA POLÍTICA. ENTRE A DESCONFIANÇA DE QUE ELA SIRVA APENAS DE MANOBRA DIVERSIONISTA DO GOVERNO PARA ESCAPAR À CRISE PROVOCADA PELOS ESCÂNDALOS E A PREGAÇÃO DE FÉ SOBRE A SUA NECESSIDADE PARA MORALIZAR OS COSTUMES POLÍTICOS DO PAÍS, QUESTÕES COMO A FIDELIDADE PARTIDÁRIA, A IMPLANTAÇÃO DO VOTO DISTRITAL E O FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS SERVEM DE TERMÔMETRO DAS DIFICULDADES DE UM CONSENSO MÍNIMO PARA QUE A REFORMA POLÍTICA NÃO CAIA OUTRA VEZ NO VAZIO PASSADA A ELEIÇÃO.*

■ **A crise política atual parece ter atingido gravidade sem precedente na História recente do país. Dinheiro de caixa dois em troca de voto e da formação da base governista, propina em troca da apresentação de emendas, etc. Qual a posição do candidato a respeito de medidas, potencialmente saneadoras do meio político, previstas em propostas que estão tramitando no Congresso Nacional, tais como o voto distrital, a lista partidária, o financiamento público de campanha e o fim das emendas individuais ao orçamento?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas. Nosso governo sempre teve consciência disso, mas tivemos

de atender a outras prioridades porque recebemos um país praticamente quebrado. Agora, felizmente, já colocamos o Brasil nos eixos e vamos deslanchar cada vez mais. O presidente Lula recebeu, recentemente, importantes juristas brasileiros que levantaram a idéia da Constituinte paralela para fazer a reforma política. Se a sociedade quiser, levaremos a proposta adiante. Temos certeza de que a grande maioria da sociedade sabe que é preciso mudar a estrutura política – com a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas e outras medidas – para corrigir desvios e combater ainda mais eficazmente a corrupção. A questão da forma de fazer é importante, mas muito mais importante é não deixar passar essa oportunidade de fazer a reforma política e fortalecer a ética na política brasileira.

**HELOÍSA HELENA:** Não acreditamos em nenhuma reforma que se limite a alterações formais no jogo partidário. Será mais uma maneira de mudar



/// Temos certeza de que a grande maioria da sociedade sabe que é preciso mudar a estrutura política – com a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas e outras medidas – para corrigir desvios e combater ainda mais eficazmente a corrupção. //

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

## 5 Reforma política



/// Vou enviar para o Congresso, antes mesmo do fim do recesso parlamentar, uma proposta para instituir a fidelidade partidária. Mas a reforma política precisa ser feita por etapas. Se for discutir tudo de uma vez, abrir muito o debate, o processo se torna infundável. ///

GERALDO ALCKMIN

alguma coisa para que tudo continue na mesma. Os pontos essenciais para alterar o modo de funcionamento do Estado brasileiro são os seguintes: (a) eliminar a distribuição de cargos públicos a grupos políticos; o Estado brasileiro deve ser profissionalizado, com todos os cargos gerenciais sendo entregues a funcionários de carreira, concursados, promovidos por mérito; (b) como decorrência do item anterior, alterar a forma de relação entre o Executivo e o Legislativo, tornando o Congresso Nacional um poder autônomo, como manda a Constituição, voltado para fiscalizar o Executivo e debater projetos de lei de interesse nacional; (c) revalorizar a Federação, por meio de uma reforma tributária que descentralize os recursos; enquanto essa reforma não ocorrer, pois sua tramitação é complexa, deve o próximo governo iniciar imediatamente um processo de renegociação das dívidas de estados e municípios com a União, para liberar recursos para os governos locais.

Para a implementação e efetividade da reforma, diante do atual quadro de costumes políticos brasileiros, um novo governo tem sempre grande força política, ao assumir. As medidas saneadoras devem ser tomadas com rapidez e firmeza, com as devidas explicações à opinião pública. O fisiologismo e a corrupção prosperam na sombra. Não sobrevivem à luz.

Já há um clamor popular contra a forma tradicional de governabilidade, baseada no fisiologismo e na corrupção. Esta forma se esgotou e, hoje, já ameaça a própria existência do Estado nacional,

ferido de morte por redes onipresentes de corrupção. Precisamos, pela primeira vez, inaugurar uma governabilidade republicana. Isso não será feito sem crises e tensões com as máfias políticas que controlam o Estado, mas essas crises e tensões, ao fim e ao cabo, serão benéficas para o Brasil.

Com relação à exigência da chamada fidelidade partidária, é importante que ela venha a se transformar em realidade. Contudo, parafraseando Fernando Pessoa, nada vale a pena se a alma é pequena. Praticamente todos os partidos brasileiros são ficções. Todos sabem que as verdadeiras bancadas que atuam no Congresso Nacional são a do agronegócio, a dos bancos, a das escolas privadas, e assim por diante. Isso não se resolve no plano formal, mas na luta política.

**CRISTOVAM BUARQUE:** Não dá para dizer em que prazo vai estar aprovada a reforma política, porque cabe ao Congresso aprová-la. O que posso me comprometer é que em menos de cem dias de meu governo essas reformas serão apresentadas. Defendo o fim da reeleição para todos os cargos executivos; o fim da reeleição mais de uma vez para qualquer cargo, mesmo legislativo; que todo dirigente governamental com cargo de confiança tenha sigilo fiscal aberto; a redução de cargos comissionados drasticamente, de 30 mil para 5 mil e, para isso, fortalecer o servidor público; a introdução do voto distrital misto com eleição feita votando-se primeiro no partido, mas sem ordem de lista elaborada pelo

partido (o eleitor aperta o botão do partido, aparece a lista dos candidatos, e ele escolhe); o tratamento da corrupção como crime hediondo, porque roubar dinheiro é tão grave quanto matar pessoas; o estabelecimento de uma dupla fidelidade: o partido fiel aos compromissos de campanha registrados no Tribunal Eleitoral e a fidelidade do eleito ao seu partido – só se permitiria a mudança de partido quando este traísse seus princípios; e a redução drástica dos custos das campanhas eleitorais. Não é possível que a democracia seja baseada em custos tão altos de marketing, além de que o marketing deforma a escolha, porque termina vendendo um candidato em vez de se ter um líder atraindo eleitores. Defendo o debate olho a olho no horário eleitoral, candidato contra candidato, falando diretamente para o eleitor. Será um custo tão baixo, que aí defendo o financiamento público.

**GERALDO ALCKMIN:** Primeiro, é preciso enfatizar a falta de compromisso com a ética, com a seriedade e com o espírito público do atual governo. Essa deficiência não será resolvida por uma reforma política, mas com a mudança do governante. O governo Lula quer convencer o eleitorado que a origem dos escândalos de corrupção é o atual sistema político. A corrupção na gestão petista vem da frouxidão moral do governo. Vou enviar para o Congresso, antes mesmo do fim do recesso parlamentar, uma proposta para instituir a fidelidade partidária. Não é possível um deputado mudar

de partido toda hora. Mas a reforma política precisa ser feita por etapas. Se for discutir tudo de uma vez, abrir muito o debate, o processo se torna infundável. Sabemos que a pedra de toque do aperfeiçoamento das instituições políticas é a reforma do sistema eleitoral, e nós vamos enfrentar essa questão com decisão.

### ■ **O Poder Judiciário é lento, pouco transparente e padece com leis processuais extremamente formalistas, que permitem inúmeros recursos. Qual a opinião do candidato a respeito das seguintes propostas relacionadas ao tema – súmula vinculante, reforma dos códigos de processo e abrangência da atuação do Conselho Nacional de Justiça?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Está sendo feito grande esforço, sob a coordenação da Advocacia-Geral da União, para que as normas e condutas administrativas sejam adequadas às diretrizes já decididas pelo Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores. Esse processo visará prevenir a multiplicação de demandas em torno do mesmo tema. A idéia é estabelecer uma coerência entre a atuação administrativa e as orientações jurisprudenciais concretizadas.

Para contribuir para esse trabalho, a Advocacia-Geral da União editará as súmulas administrativas que entender

necessárias para reduzir o número de processos pendentes que tratem da mesma matéria. O Supremo Tribunal Federal também se comprometeu em priorizar em suas pautas os temas que estão gerando significativa multiplicação de ações judiciais, segundo pleitos a serem formalizados pela Advocacia-Geral da União, pela Procuradoria-Geral da República ou pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Para tratar de questões como essas é que decidimos criar a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a fim de promover, coordenar, sistematizar e receber propostas referentes ao Poder Judiciário. A Secretaria tem como papel principal ser um órgão de articulação entre o Executivo, o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público, governos estaduais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais, com o objetivo de propor e difundir ações e projetos de melhoria para este Poder. Essa articulação acontece em relação a propostas de modernização da gestão do Judiciário, à reforma constitucional e a outras alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

O governo Lula considera que a consolidação de uma Justiça mais rápida e eficiente é fundamental para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas. Cabe destacar que a PEC da Reforma do Judiciário tramitava no Congresso Nacional desde 1992. Aprovada no nosso governo, a emenda reorganizou o setor e criou um órgão de planejamento estratégico para o Judiciário: o Conselho

## 5 Reforma política



/// Já há um clamor popular contra a forma tradicional de governabilidade, baseada no fisiologismo e na corrupção. Essa forma se esgotou e, hoje, já ameaça a própria existência do Estado nacional, ferido de morte por redes onipresentes de corrupção. ///

HELOÍSA HELENA



## DALMO DALLARI

Jurista e integrante da Comissão Internacional de Juristas

### Pela consulta popular

**O**s candidatos ao Palácio do Planalto fazem apenas menções genéricas à Reforma Política, mas nenhum deles se compromete de fato com o tema. As propostas e críticas não vão além da generalização que mal arranha a necessidade de uma reforma que garanta a moralidade pública e o aperfeiçoamento das instituições.

A Constituição de 1988 contém uma inovação significativa, mas ainda de pouco alcance prático: a afirmação de que a democracia brasileira é representativa e direta. Em relação aos instrumentos de democracia direta, é necessário eliminar o dispositivo constitucional que só autoriza plebiscito e referendo com a concordância do Congresso Nacional. Se é direito do povo opinar, não há lógica em estabelecer que ele somente possa exercer esse direito se os representantes do povo permitirem.

O financiamento público das campanhas eleitorais, para impedir ou dificultar a influência do poder econômico, é outro tema essencial. Existe um modelo de financiamento público, o da Alemanha, que com adaptações poderia ser aplicado no Brasil. Ele permite a constituição de um fundo partidário aberto a quem quiser contribuir. Mas o fundo é do partido e não dos candidatos. Até agora, esse assunto não mereceu sequer um debate mais profundo porque só interessa aos políticos honestos.

O sistema distrital também é importante. Trata-se de um mecanismo que vincula o candidato e o eleitorado a uma área geográfica relativamente pequena. É ideal para o regime parlamentarista, mas pode funcionar mesmo no regime republicano. O fortalecimento do Parlamento pode torná-lo mais independente do Executivo e só isso já ajuda a sanear a política.

Todos esses temas acabam vitimados por um círculo vicioso em que os governos, mesmo interessados, acabam tendo que negociar com os coronéis da política brasileira, que não têm nenhum interesse em mudanças. A Reforma Política só virá com o envolvimento da população.

Nacional de Justiça (CNJ), que se destacou no combate ao nepotismo, na regulamentação dos vencimentos dos magistrados e conferiu maior transparência na administração da

Justiça. Com o fortalecimento das defensorias públicas, a reforma também contribuiu para ampliar o acesso da população mais pobre ao Poder Judiciário. Num segundo mandato, o

governo federal continuará assumindo papel importante na proposição e implementação de alterações na legislação processual civil, penal e trabalhista. E, também, no desenvolvimento de alternativas inovadoras para aprimorar a gestão dos tribunais.

**HELOÍSA HELENA:** O compromisso de nossa candidatura é com a imediata implementação da reforma do Judiciário, para agilizar os processos, acabar com o foro privilegiado e com a impunidade dos crimes do colarinho branco e federalizar o julgamento das violações aos direitos humanos.

A adoção do mecanismo da chamada súmula vinculante, a depender de sua abrangência e dos critérios a serem utilizados para a sua formalização, pode representar uma restrição importante à necessária independência de julgamento das instâncias inferiores da Justiça, subordinando a dinâmica do Poder Judiciário – no tocante à natureza de suas sentenças – ao entendimento estrito do Supremo Tribunal Federal, sabidamente influenciado por injunções de natureza política.

**CRISTOVAM BUARQUE:** A súmula vinculante é um dos instrumentos mais importantes para assegurar a estabilidade jurídica, da mesma forma que a abrangência dos poderes do Conselho Nacional de Justiça é a única maneira de combater o corporativismo do Poder Judiciário. Sobre a reforma dos códigos de processos, ela se insere no bojo de minha proposta de pacto político para pôr em prática as

reformas necessárias à consolidação democrática no início da nova administração. Se formos eleitos, convidaremos os presidentes dos partidos, dos poderes e das altas instituições para discutirmos como governar e reformar a economia, a administração e as instituições. Se tivermos êxito nesse diálogo, teremos todas as condições para assegurar a governabilidade necessária, uma vez que nenhum dos candidatos conseguirá fazer maioria sob a crise que desestabiliza a política brasileira. Para quem acha que isso é difícil de conseguir, lembramos que, recentemente, o Rio Grande do Sul fez um pacto semelhante para acabar com o déficit público no estado em três anos. E não custa lembrar que o Plano Real e a redemocratização foram pactos celebrados com a sociedade.

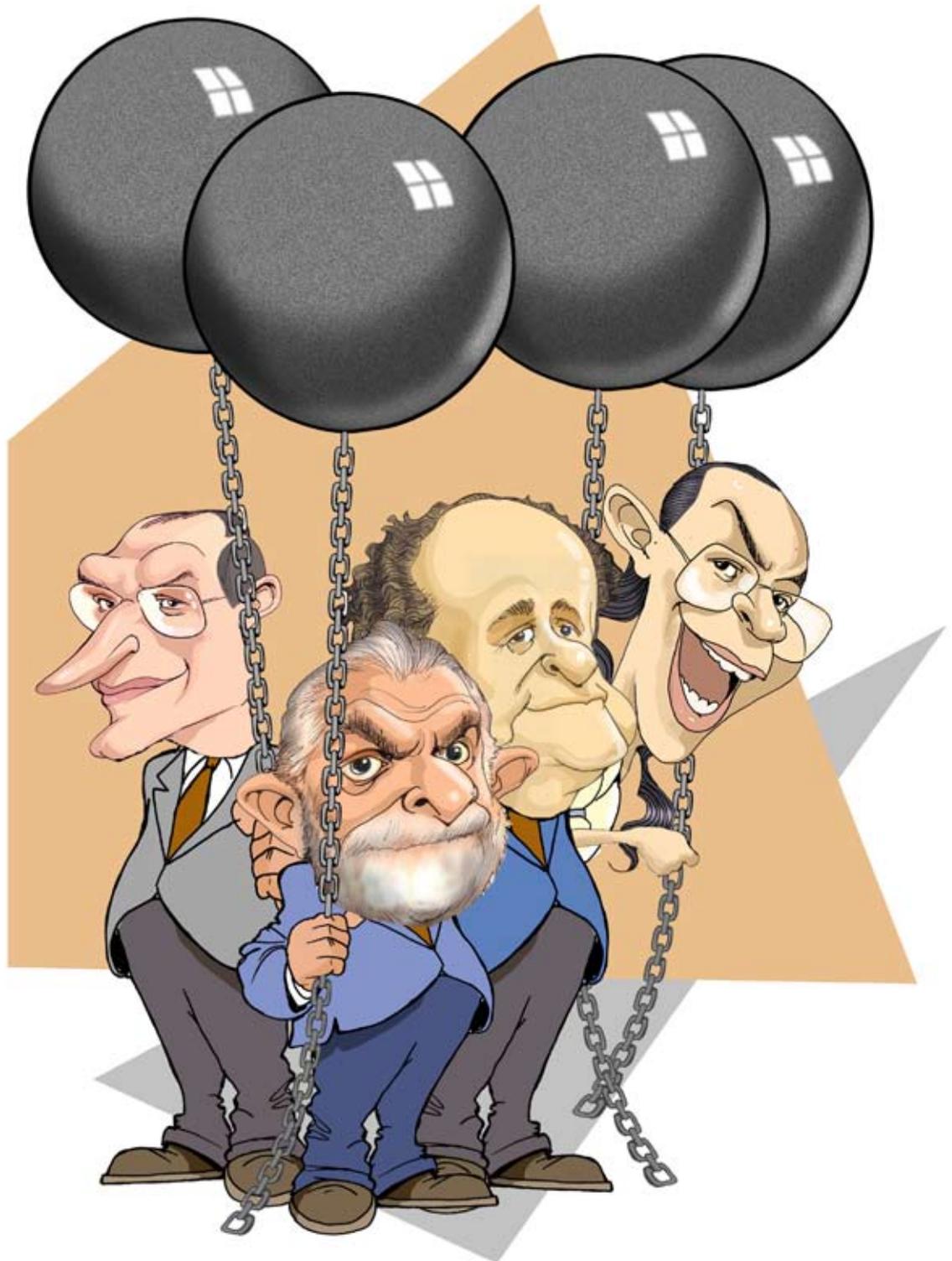
**GERALDO ALCKMIN:** São temas complexos e que vêm sendo debatidos pelos especialistas. A reforma dos códigos de processos é uma necessidade. Precisamos agilizar os procedimentos e isso pode ser feito sem qualquer prejuízo para a proteção dos direitos dos cidadãos. Ao contrário, sabemos que a lentidão da Justiça opera contra a boa proteção dos direitos e, portanto, contra a efetivação da Justiça. A súmula vinculante é uma boa idéia, adotada em muitos países do mundo. Bem aplicada, não tolherá a liberdade de os magistrados deliberarem e poderá contribuir para o bom funcionamento da Justiça. Mal aplicada, poderá provocar distorções e reduzir a liberdade que o magistrado deve ter para aplicar a lei.



/// Se formos eleitos, convidaremos os presidentes dos partidos, dos poderes e das altas instituições para discutirmos como governar e reformar a economia, a administração e as instituições. Se tivermos êxito nesse diálogo, teremos todas as condições para assegurar a governabilidade necessária. ///

CRISTOVAM BUARQUE

# 6 Criminalidade e segurança pública



*A ESCALADA DA VIOLÊNCIA E DO PODER DO CRIME ORGANIZADO FAZ DA SEGURANÇA PÚBLICA UMA DAS PRINCIPAIS PEÇAS ELEITORAIS DA CORRIDA PRESIDENCIAL DESTE ANO. O LEQUE DE SOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS ENTREVISTADOS SE COMBINA EM ALGUNS TÓPICOS E DIVERGE EM OUTROS TANTOS: DO FORTALECIMENTO DO PAPEL DO GOVERNO FEDERAL À CONSTRUÇÃO DE MAIS PENITENCIÁRIAS, DO ENDURECIMENTO NA LUTA CONTRA O CRIME À DEPURAÇÃO DOS QUADROS POLICIAIS E ATÉ DE UMA SOLUÇÃO BASEADA NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA PARA TIRAR PARCELA DOS BRASILEIROS DA MARGINALIDADE.*

**■ Que medidas o candidato planeja adotar contra a criminalidade e a violência, em especial contra o crime organizado, que vem desafiando sistematicamente as autoridades em diversas cidades?**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** A política de segurança do governo federal está sendo executada com rigor. Criamos o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com a adesão dos 26 estados e do Distrito Federal, o que está possibilitando a integração de todas as forças policiais federais e estaduais. Por meio desse Sistema, estamos implantando os Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) que reúnem as forças de segurança em cada estado, medida esta que será consolidada e ampliada num segundo mandato. Cabe destacar que a Constituição brasileira confere aos estados a responsabilidade pela repressão



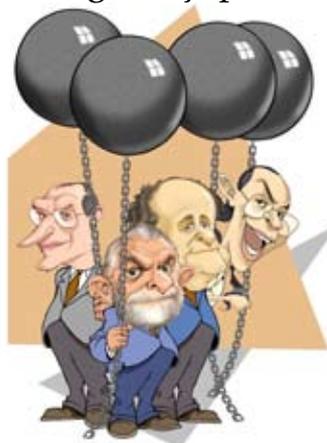
ao crime. A função da União na segurança é justamente o que ela vem exercendo. Estamos investindo pesadamente na Polícia Federal. Aumentamos em 50% o seu efetivo, dobramos os investimentos e elevamos o salário dos policiais. Algumas medidas foram implementadas com o objetivo de extirpar da Polícia os policiais corruptos. E tivemos bons resultados.

Além disso, estamos construindo

**///** A função da União na segurança é justamente o que ela vem exercendo. Estamos investindo pesadamente na Polícia Federal. Aumentamos em 50% o seu efetivo, dobramos os investimentos e elevamos o salário dos policiais. **///**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

## 6 Criminalidade e segurança pública



/// Vou propor a revisão de toda a legislação, da Lei de Execução Penal e do Código Penal. Vou criar a Polícia Federal fardada para policiar as fronteiras, para combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas. ///

GERALDO ALCKMIN

os presídios federais, que estavam previstos em lei desde 1984 e nunca haviam saído do papel. Num segundo mandato, vamos reforçar cada vez mais a Polícia Federal, o sistema penitenciário federal e continuar investindo em inteligência policial.

**HELOÍSA HELENA:** A violência é consequência de um país que não cresce e não gera empregos suficientes para os brasileiros há 25 anos; não garante política educacional de qualidade aos seus jovens; e, principalmente, convive com a difusão maciça de valores baseados no individualismo, no consumismo e na apologia do “vale-tudo”. A combinação da miséria material de milhões, com a falta de oportunidades e a deseducação para uma vida solidária e cooperativa entre os brasileiros, gera essa situação explosiva que hoje vivemos em todo o Brasil.

Agora, não podemos admitir que questões essenciais e elementares de responsabilidade do Estado e de suas autoridades sejam tratadas de forma tão negligente. Por exemplo, essa “dificuldade” em se resolver o problema dos celulares e de sua utilização por parte dos presos é ridícula. Objetivamente, acredito que cada segmento do Estado deva cumprir e zelar pelo cumprimento de suas atribuições, de acordo com o que determina a lei. Pode parecer simples, mas já seria um grande avanço se tivéssemos esse tipo de mudança. Forças Armadas e a Polícia

Federal investigando e zelando pela proteção das nossas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas em relação ao contrabando e ao tráfico de armas e de drogas; os estados e a União no controle das penitenciárias; o Poder Judiciário na agilidade e no rigor de suas decisões. E, acima de tudo, a implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública, prioridade máxima do meu governo nessa área e o instrumento mais importante para a integração e articulação das ações de todos os entes públicos estatais – das esferas estadual e federal – no combate ao crime.

**CRISTOVAM BUARQUE:** O Brasil vive uma guerra civil. Guerra civil significa que o problema tem de ser enfrentado pela República, pela nação, pelo presidente da República. Não dá para enfrentar uma guerra civil apenas pelas polícias estaduais. É preciso pensar a segurança pública em cinco dimensões: a) a prevenção, sobretudo para que a violência não seduza jovens, principalmente os pobres que vivem nas periferias das grandes cidades; b) agilizar o Fundo Nacional de Segurança Pública e a criação de uma agência coordenadora para as polícias; c) ampliar as ações da Polícia Federal com as polícias locais no combate a crimes, como contrabando de armas e drogas; prisões temáticas, alocando cada preso segundo seu crime, em prisões diferentes e menores, não misturando os diferentes tipos de delitos na mesma cadeia,

## WÁLTER MAIEROVITCH

Presidente do Instituto Brasileiro  
Giovanni Falcone

### União contra o crime

**N**enhum dos candidatos presidenciais parece disposto a atacar o principal desafio da segurança pública no Brasil: o sistema federativo. É ele que impede a ação federal no combate à criminalidade. A Constituição estabelece que o poder de polícia compete aos estados. Qualquer iniciativa no sentido de centralizar a luta contra a violência esbarra nesse entrave. A partidarização do debate em torno da segurança pública é um retrato do quadro institucional. Não há plano de governo ou iniciativa de unificação no combate ao crime que prospere diante desse obstáculo.

A Polícia Federal tem conseguido vitórias positivas, ainda que com alguma dose de pirotecnia, mas não a ponto de desatar o nó que amarra a segurança pública no país. Pode-se argumentar que o Brasil não é o único país regido pelo sistema federativo. Os Estados Unidos também formam uma federação. Mas lá o poder de polícia é municipal. São as cidades e não os estados que sabem qual a política que melhor atende às suas peculiaridades. Ao FBI competem os crimes federais.

A importância com a segurança pública atingiu um patamar que a iguala à saúde e à educação e ao desemprego não é de hoje. Há um salto quantitativo da criminalidade que tem como marco o governo Fernando Henrique Cardoso. Numa tentativa de esvaziar as penitenciárias, a legislação penal retirou do crime contra o patrimônio o caráter de hediondo. O resultado foi a banalização do seqüestro relâmpago.

Há ainda um salto qualitativo na criminalidade, que parece ter escapado à percepção das autoridades. O crime organizado no país evoluiu dos banqueiros do jogo do bicho para organizações mafiosas. O Brasil subscreveu, em 2000, o documento final da Convenção de Palermo sobre Criminalidade Organizada, firmando a disposição de adotar o modelo italiano de combate ao crime. A boa intenção parou por aí. No Brasil, a Lei do Crime Organizado, de 1995, não define o principal: o que é crime organizado. Ela apenas regulamenta procedimentos operacionais durante o processo. Serve à Justiça na investigação, mas não estipula as penas.

pois isso transforma nossas prisões em centrais do crime; d) fortalecer os mecanismos de auditoria autônoma da polícia, ouvidorias e manuais de condutas; e) estimular

a formação universitária das polícias e as ações de aproximação e prestação de serviços à comunidade, como as experiências de polícias comunitárias.

**GERALDO ALCKMIN:** A violência é, hoje, um fenômeno que atinge as principais cidades brasileiras, não se limita a um estado ou região. Por ser um problema nacional, o presidente da República precisa assumir pessoalmente a responsabilidade de enfrentar a criminalidade. Eu não serei omissos. É necessário unir o país em torno deste tema, ajudando as polícias estaduais, liberando os recursos necessários, integrando este trabalho para pôr fim ao crime organizado no Brasil. Investir em inteligência e em equipamentos modernos é essencial para enfrentar o crime organizado.

Vou propor a revisão de toda a legislação, da Lei de Execução Penal e do Código Penal. Vou criar a Polícia Federal fardada para policiar as fronteiras, para combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Também vou promover a integração da Receita Federal e do Banco Central em ações contra a lavagem de dinheiro, que é fator de alimentação tanto do crime organizado como da corrupção. Sem coibir o contrabando de armas, as polícias estaduais ficam enxugando gelo. Só no Estado de São Paulo, a PM apreende uma arma a cada 14 minutos. É impossível permanecer do jeito que está.

■ **O sistema carcerário brasileiro padece de inúmeros problemas. Superpopulação, controle por facções criminosas, falta de atividades reintegradoras do preso e mistura**

## 6 Criminalidade e segurança pública



**de presos com níveis de periculosidade diferentes. O que fazer para sanear o sistema? Qual a posição do candidato a respeito do abrandamento das penas em geral e da adoção de penas alternativas para crimes menos graves, que desafogariam as prisões?**

### **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

Estamos consolidando o Sistema Penitenciário Federal, com a finalidade de resolver esses pontos críticos já diagnosticados. Como dissemos, estamos construindo os presídios federais, previstos em lei desde 1984, e que nunca haviam saído do papel. Inauguramos o presídio de Catanduvas, no Paraná, e já estão em fase de conclusão três presídios seguindo

esse modelo em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em Mossoró, no Rio Grande do Norte e em Porto Velho, em Rondônia. Devem trabalhar nessas unidades agentes penitenciários especialmente treinados para atuar em complexos de segurança máxima, que contarão, ainda, com um sistema de vigilância diferenciado, formado pela tecnologia mais moderna adotada na área.

As penas alternativas devem ser encaradas como mecanismo mais adequado à reinserção social, como resposta proporcional a delitos de menor gravidade e como solução para o problema do aumento constante da população carcerária. Por isso, consideramos importante reforçar as penas alternativas. Em 2002, havia 32 mil pessoas cumprindo penas e medidas alternativas, hoje, já são 75 mil. Acreditamos ainda que a

**///** A implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública será prioridade máxima do meu governo nessa área e o instrumento mais importante para a integração e articulação das ações de todos os entes públicos no combate ao crime. **///**

HELOÍSA HELENA



conscientização de magistrados, promotores, advogados e da população sobre a efetividade, a eficácia e a utilidade da aplicação de penas alternativas para determinados delitos é fundamental.

**HELOÍSA HELENA:** Sinceramente, para “sanear” o sistema, o primado da lei deve voltar a ser respeitado e, para tanto (ou para o elementar), o princípio da autoridade deve prevalecer. Falta-nos, a rigor, autoridade e exemplo que venham justamente de quem tem a obrigação de impor e zelar pelo respeito à lei: as próprias autoridades. Respeitar, por exemplo, as dotações orçamentárias consignadas para o setor – e que não foram respeitadas nem pelo atual governo, nem pelo anterior – já seria um bom começo. Com relação à adoção das penas alternativas e diferenciadas de acordo com o tipo de crime, não somente sou favorável, com também acredito ser imprescindível para a mudança do quadro prisional que temos hoje no país.

**CRISTOVAM BUARQUE:** As nossas propostas para a segurança pública são:

1. Criar uma Agência Federal de Segurança Interna, ligada à Presidência da República, para coordenar a ação de todas as polícias;
2. Construir um sistema de informação e inteligência para se antecipar ao que o crime planeja fazer;
3. Não deixar que um policial ganhe apenas um salário mínimo. Diminuir o nível salarial entre o topo e a base da

corporação. Aumentar recursos para formular uma nova política de salários e melhores condições de trabalho;

4. Não misturar os diferentes tipos de crimes na mesma cadeia, pois isso transforma nossas prisões em centrais do crime;
5. Permitir que o presidente da República possa, quando necessário, interferir em qualquer estado;
6. Proibir que as verbas para a segurança sejam contingenciadas. “Contingenciar o dinheiro da segurança pública é colaborar com o crime”;
7. Estimular penas alternativas, como prestação de serviços comunitários, trabalhos educacionais para os pequenos criminosos.

**GERALDO ALCKMIN:** Eu pretendo modificar a nossa legislação. Ela é muito dura com os pequenos delitos, a progressão da pena não anda. Há também o problema da morosidade do Judiciário. Por outro lado, a lei é muito mole com o crime organizado. E piorou no governo Lula.

Antes, para pegar um líder, chefe de quadrilha dessas máfias que têm comportamento de terroristas, e colocar em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), você não precisava de autorização judicial. Agora, a nova lei federal mudou isso. Você precisa de autorização judicial, ouvir advogado de defesa, ouvir o Ministério Público. Leva meio ano, às vezes. E quando você consegue isolar o líder pelo RDD, ele só pode ficar um ano. Eu pretendo modificar isso, ser mais duro com o crime organizado.



**///** O Brasil vive uma guerra civil. Guerra civil significa que o problema tem de ser enfrentado pela República, pela nação, pelo presidente da República. Não dá para enfrentar uma guerra civil apenas pelas polícias estaduais. **///**

**CRISTOVAM BUARQUE**

ABRAPP

# Conquistas da previdência abrem novos horizontes

FERNANDO PIMENTEL (\*)

O tema previdência é por muitos associado a problemas difíceis de resolver. Lembra déficit, filas na madrugada, fraudes e aposentadoria insuficiente para pagar as contas do mês. E estas são lembranças que remetem a fatos reais e errado seria tentar reduzir sua importância. Do mesmo modo, no entanto, absurdo seria tentar não reconhecer os imensos avanços conseguidos nos últimos anos no combate, tantas vezes bem-sucedido, a essas mazelas.

A Previdência brasileira avança, e quando me refiro a ela, penso em suas muitas vertentes. A Previdência Social, que corresponde à esfera pública, enfrenta seus muitos desafios e, se por um lado, o déficit de R\$ 43 bilhões previsto para este ano preocupa, é inegável que a sociedade brasileira progride no debate de uma solução, o governo garante tratar-se de um número que não contradiz o cumprimento da meta de superávit primário das contas do setor público prevista para este ano (de 4,25% do PIB) e o INSS é reconhecido em seu papel de garantidor da renda de uma parcela da população ameaçada pela mais grave exclusão social. Ao mesmo em que métodos mais modernos de gestão e sistemas informatizados reduzem as filas e as fraudes. Muitos frutos são esperados também do recadastramento de aposentados em andamento.

É positiva também a expectativa de que, tão logo venha a ser aprovado projeto de lei apresentado em meados de 2003, em poucos anos os fundos previdenciários dos servidores públicos venham a colocar-se entre os maiores do país. Estudo da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) mostra que no começo de 2005 trabalhavam no serviço público pouco mais de 200 mil servidores ativos, representando uma massa salarial de quase R\$ 600 milhões mensais. Some-se a esse contingente os 12 mil funcionários públicos que ingressaram na carreira pelo regime de repartição desde a aprovação da Reforma da Previdência até o fim de 2004. Esses números confirmam o potencial de crescimento também desse pilar previdenciário.

Mas, de todos os pilares, um em particular experimentou avanços sensíveis, conquistas que se por um lado apenas comecem a traduzir-se em números, por outro, oferecem bases consistentes sobre as quais essa vertente previdenciária deverá crescer de forma sustentável nos próximos anos. Estamos nos referindo aos fundos de pensão, tanto os patrocinados por

empresas privadas e estatais como os instituídos por sindicatos e outras tantas formas de associativismo. Esta é uma área da previdência que vem dando provas seguras de profissionalismo, ética, capacidade técnica e equilíbrio atuarial. Esse ramo da Previdência conta hoje com um novo pano de fundo legal e normativo. Leis e regulamentos que, pode-se dizer, deram ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo no campo da poupança previdenciária, que por conta disso e contando com regras estáveis dispõe de todas as condições para retomar seu crescimento em bases mais aceleradas.

O melhor da governança corporativa aplicado à gestão, acompanhado de controles internos muito mais seguros, está marcadamente presente hoje em todas as atividades desenvolvidas nos fundos e, particularmente, entre as equipes administradoras dos investimentos, que cuidam dos ativos garantidores dos benefícios futuros. Na enorme maioria dos fundos operam comitês de investimentos, de maneira que uma única pessoa não decide. As deliberações e responsabilidades são sempre compartilhadas.

Os trabalhadores seguem cada vez mais de perto a gestão de suas entidades e simultaneamente ganham melhores meios para fazer esse acompanhamento, elegendo representantes para os vários órgãos colegiados de suas entidades. Aqueles gestores que porventura tenham uma postura inadequada serão punidos individualmente.

Tudo isso faz com que o sistema de fundos de pensão, que particularmente na década que antecedeu a 2003 cresceu menos do que seu potencial permitia, tenha ingressado nos últimos dois anos e meio em uma nova etapa de sua trajetória. E um dos mais fortes sinais dessa verdade é que já foram criados mais de 150 novos planos no período, numa tendência que deverá ganhar ainda mais ritmo. Afinal, os fundos de pensão multipatrocinados consolidaram-se ainda mais como alternativa que pode interessar às patrocinadoras desejosas de partilhar com outras a estrutura operacional com a qual precisam contar para oferecer planos previdenciários aos seus empregados. Ao lado disso, os planos instituídos são hoje uma opção bastante presente para sindicatos, associações, cooperativas e outras entidades representativas de categorias profissionais.

*\* Fernando Pimentel é presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).*

# Seminário InterNews

## Avaliação de Risco na Concessão de Crédito diante da Lei de Falências



**18** de outubro de 2006

### Mercure Paulista Hotel

Rua São Carlos do Pinhal, 87  
Bela Vista, São Paulo, SP

**VAGAS LIMITADAS**

O que mudou na avaliação de risco na concessão de crédito depois da aprovação da Lei 11.101/05?

Quais as possibilidades que a Nova Lei de Falências criou para esse mercado?

Os credores se sentem mais seguros para conceder empréstimos?

E mais:

Recuperação de crédito diante da Lei de Falências

Interpretação e viabilidade de projetos econômicos

Garantias bancárias à luz da Lei de Falências

A visão do credor na negociação do plano de recuperação

Participe desse Seminário Internews e conheça o que renomados especialistas indicam para a identificação de problemas na concessão de crédito.

# INTERNEWS

Ligue hoje mesmo para  
0800 177707 ou (11) 3751 3430

Desde 1993, mais de 30.000 pessoas já participaram dos seminários InterNews.  
[www.internews.jor.br](http://www.internews.jor.br)

